

BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

**MAX WEBER**

# Ensaio de Sociologia

*Organização e Introdução:*  
H.H. Gerth e C. Wright Mills

*Quinta edição*

*Tradução:*  
Waltensir Dutra

*Revisão Técnica:*  
Prof. Fernando Henrique Cardoso

**OC**  
EDITORA

## ÍNDICE

Prefácio . . . . .	9
--------------------	---

### INTRODUÇÃO: O HOMEM E SUA OBRA

I. Escorço Biográfico . . . . .	15
II. Preocupações Políticas . . . . .	47
III. Orientações Intelectuais . . . . .	62
1. MARK E WEBER . . . . .	64
2. BUROCRACIA E CARISMA: UMA FILOSOFIA DA HISTÓRIA . . . . .	68
3. MÉTODOS DA CIÊNCIA SOCIAL . . . . .	73
4. A SOCIOLOGIA DAS IDÉIAS E INTERESSES . . . . .	80
5. ESTRUTURAS SOCIAIS E TIPOS DE CAPITALISMO . . . . .	84
6. AS CONDIÇÕES DE LIBERDADE E A IMAGEM DO HOMEM . . . . .	89

### PARTE I: CIÊNCIA E POLÍTICA

IV. A Política como Vocação . . . . .	97
V. A Ciência como Vocação . . . . .	154

### PARTE II: PODER

VI. Estruturas do Poder . . . . .	187
1. O PRESTÍGIO E O PODER DAS "GRANDES POTÊNCIAS" . . . . .	187
2. AS BASES ECONÔMICAS DO "IMPERIALISMO" . . . . .	190
3. A NAÇÃO . . . . .	201
VII. Classe, Estamento, Partido . . . . .	211
1. O PODER DETERMINADO ECONOMICAMENTE E A ORDEM SOCIAL . . . . .	211
2. DETERMINAÇÃO DA SITUAÇÃO DE CLASSE PELA SITUAÇÃO DE MERCADO . . . . .	212
3. AÇÃO COMUNITÁRIA DECORRENTE DO INTERESSE DE CLASSE . . . . .	214

Título original:

*From Max Weber: Essays in Sociology*

(Translated, Edited and with an Introduction by  
H.H. Gerth and C. Wright Mills)

Publicado em 1946 pela Oxford University Press, Inc.

Traduzido da sexta impressão (Galaxy Book), 1963.

Copyright © Oxford University Press, Inc., 1946.

Edições brasileiras: 1967, 1971, 1974, 1979

Direitos exclusivos para a língua portuguesa

Copyright © 1982 by

LTC — Livros Técnicos e Científicos Editora S.A.

Travessa do Ouvidor, 11

Rio de Janeiro, RJ — CEP 20040-040

Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia ou outros), sem permissão expressa da Editora.

#### IV. A Política como Vocação

**E**STA CONFERÊNCIA, que pronuncio por solicitação vossa, irá necessariamente decepcionar, sob vários aspectos. Esperais, naturalmente, que eu tome uma posição em relação aos problemas concretos do momento. Mas isto só ocorrerá de modo formal e no fim, quando apresentarei certas questões relacionadas com a significação da ação política na totalidade do modo de vida. Na conferência de hoje, todas as questões relacionadas com a diretriz e o conteúdo que devemos dar à nossa atividade política devem ser eliminadas, pois nada têm a ver com a questão geral do que significa a política como vocação e o que ela pode significar. Passemos, agora, ao nosso tema.

O que entendemos por política? O conceito é extremamente amplo e compreende qualquer tipo de liderança *independente* em ação. Fala-se da política financeira dos bancos, da política de descontos do Reichsbank, da política grevista de um sindicato; pode-se falar da política educacional de uma municipalidade, da política do presidente de uma associação voluntária e, finalmente, até mesmo da política de uma esposa prudente que busca orientar o marido. Hoje, nossas reflexões não se baseiam, decerto, num conceito tão amplo. Queremos compreender como política apenas a liderança, ou a influência sobre a liderança, de uma associação *política*, e, daí hoje, de um *Estado*.

Mas o que é uma associação "política", do ponto de vista sociológico? O que é um "Estado"? Sociologicamente, o Estado não pode ser definido em termos de seus fins. Dificilmente haverá qualquer tarefa que uma associação política não tenha tomado em suas mãos, e não há tarefa que se possa dizer que tenha

---

"Politik als Beruf", *Gesammelte Politische Schriften* (Munich, 1921), pp. 396-450. Originalmente, discurso pronunciado na Universidade de Munique, 1918, publicado em 1919 por Duncker & Humblodt, Munique.

sido sempre, exclusivamente e peculiarmente, das associações designadas como políticas: hoje o Estado, ou, historicamente, as associações que foram predecessoras do Estado moderno. Em última análise, só podemos definir o Estado moderno sociologicamente em termos dos *meios* específicos peculiares a ele, como peculiares a toda associação política, ou seja, o uso da força física.

“Todo Estado se fundamenta na força”, disse Trotski em Brest-Litovsk. Isso é realmente certo. Se não existissem instituições sociais que conhecessem o uso da violência, então o conceito de “Estado” seria eliminado, e surgiria uma situação que poderíamos designar como “anarquia”, no sentido específico da palavra. É claro que a força não é, certamente, o meio normal, nem o único, do Estado — ninguém o afirma — mas um meio específico ao Estado. Hoje, as relações entre o Estado e a violência são especialmente íntimas. No passado, as instituições mais variadas — a partir do clã — conheceram o uso da força física como perfeitamente normal. Hoje, porém, temos de dizer que o Estado é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o *monopólio do uso legítimo da força física* dentro de um determinado território. Note-se que “território” é uma das características do Estado. Especificamente, no momento presente, o direito de usar a força física é atribuído a outras instituições ou pessoas apenas na medida em que o Estado o permite. O Estado é considerado como a única fonte do “direito” de usar a violência. Daí “política”, para nós, significar a participação no poder ou a luta para influir na distribuição de poder, seja entre Estados ou entre grupos dentro de um Estado.

Isto corresponde essencialmente ao uso comum. Quando se afirma que uma questão é “política”, quando um ministro do Gabinete ou uma autoridade é considerado como “político”, ou quando uma decisão é tida como “politicamente” determinada, o que se está querendo dizer, sempre, é que os interesses na distribuição, manutenção ou transferência do poder são decisivos para a resposta às questões e para se determinar a decisão ou a esfera de atividade da autoridade. Quem participa ativamente da política luta pelo poder, quer como um meio de servir a outros objetivos, ideais ou egoístas, quer como o “poder pelo poder”, ou seja, a fim de desfrutar a sensação de prestígio atribuída pelo poder.

Como as instituições políticas que o precederam historicamente, o Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considera-

da como legítima). Para que o Estado exista, os dominados devem obedecer à autoridade alegada pelos detentores do poder. Quando e por que os homens obedecem? Sobre que justificação íntima e sobre que meios exteriores repousa esse domínio?

Para começar, em princípio, há três justificações interiores, e portanto *legitimações*, básicas do domínio.

Primeira, a autoridade do “ontem eterno”, isto é, dos *mores* santificados pelo reconhecimento inimaginavelmente antigo e da orientação habitual para o conformismo. É o domínio “tradicional” exercido pelo patriarca e pelo príncipe patrimonial de outrora.

Há a autoridade do *dom da graça* (carisma) extraordinário e pessoal, a dedicação absolutamente pessoal e a confiança pessoal na revelação, heroísmo ou outras qualidades da liderança individual. É o domínio “carismático”, exercido pelo profeta ou — no campo da política — pelo senhor de guerra eleito, pelo governante plebiscitário, o grande demagogo ou o líder do partido político.

Finalmente, há o domínio em virtude da “legalidade”, em virtude da fé na validade do estatuto legal e da “competência” funcional, baseada em *regras* racionalmente criadas. Nesse caso, espera-se obediência no cumprimento das obrigações estatutárias. É o domínio exercido pelo moderno “servidor do Estado” e por todos os portadores do poder que, sob esse aspecto, a ele se assemelham.

Compreende-se que, na realidade, a obediência é determinada pelos motivos bastante fortes do medo e esperança — medo da vingança dos poderes mágicos do detentor do poder, esperança de recompensa neste mundo ou no outro — e, além de tudo isso, pelos mais variados interesses. Vamos falar disso. Mas ao procurar as “legitimações” dessa obediência, encontramos esses tres tipos “puros”: “tradicional”, “carismático” e “legal”.

Essas concepções de legitimidade e suas justificações íntimas são de grande significação para a estrutura do domínio. Na verdade, os tipos puros raramente se encontram, na realidade. Mas hoje não podemos tratar de variantes, transições e combinações altamente complexas desses tipos puros, cujos problemas pertencem à “ciência política”. Interessamo-nos, aqui, principalmente pelo segundo desses tipos: domínio em virtude da dedicação, dos que obedecem, ao “carisma” exclusivamente pessoal do “líder”. Pois essa é a raiz de uma *vocação* em sua expressão mais elevada.

A dedicação ao carisma do profeta, ou ao líder na guerra, ou ao grande demagogo na *ecclesia* ou no parlamento, significa que o líder é pessoalmente reconhecido como o líder inerentemente “chamado” dos homens. Os homens não o obedecem em virtude da tradição ou lei, mas porque acreditam nele. Quando é mais do que um oportunista limitado e presunçoso, o líder vive para sua causa e “luta pela sua obra”.<sup>1</sup> A dedicação de seus discípulos, seus seguidores, seus amigos pessoais do partido é orientada para a sua pessoa e para suas qualidades.

A liderança carismática surgiu em todos os lugares e em todas as épocas históricas. Mais destacadamente no passado, surgiu nas duas figuras do mágico e profeta, de um lado, e do senhor de guerra eleito, o líder de grupo e *condottiere*, do outro. A liderança política, na forma do “demagogo” livre que nasceu no solo da cidade-Estado, é de maior interesse para nós. Como a cidade-Estado, o demagogo é peculiar ao Oriente, especialmente à cultura mediterrânica. Além disso, a liderança política na forma do “líder partidário” parlamentar cresceu no solo do Estado constitucional, que também só é indígena do Ocidente.

Esses políticos de “vocaçào”, no sentido mais autêntico da palavra, são em toda parte as únicas figuras decisivas nas correntes cruzadas da luta política pelo poder. Os meios auxiliares à sua disposição também são altamente decisivos. Como os poderes politicamente dominantes conseguem manter seu domínio? A questão é válida para qualquer tipo de domínio, portanto também para o domínio político em todas as suas formas, tradicionais, legais e carismáticas.

O domínio organizado, que demanda a administração contínua, exige que a conduta humana seja condicionada à obediência para com os senhores que pretendem ser os portadores do poder legítimo. Por outro lado, em virtude da obediência, o domínio organizado exige o controle dos bens materiais que em determinado caso são necessários para o uso da violência física. Assim, o domínio organizado exige o controle do quadro de pessoal executivo e os implementos materiais da administração.

O quadro administrativo, que representa externamente a organização do domínio político, é, certamente, como qualquer outra organização, limitado pela obediência ao detentor do poder e não apenas pelo conceito de legitimidade, do qual falamos acima. Há dois outros meios atraentes para os interesses pessoais: a recompensa material e a honraria social. Os feudos de um vas-

salo, as prebendas das autoridades patrimoniais, os salários dos modernos servidores públicos, a honra dos cavaleiros, os privilégios dos estados e a honra do servidor público compreendem seus respectivos proventos. O temor de perdê-los é a base final e decisiva para a solidariedade existente entre o quadro executivo e o detentor do poder. Há honra e pilhagem para os seguidores, na guerra; para o séquito do demagogo, há os “despojos” — ou seja, a exploração dos dominados, através do monopólio dos cargos — e há lucros e prêmios à vaidade, politicamente determinados. Todas essas recompensas são também derivadas do domínio exercido pelo líder carismático.

Para manter um domínio pela força são necessários certos bens materiais, tal como ocorre com uma organização econômica. Todos os Estados podem ser classificados segundo o fato de se basearem no princípio de que os próprios quadros são *donos* dos meios administrativos, ou de que os quadros são “separados” desses meios de administração. Essa distinção é válida no mesmo sentido em que dizemos hoje que o empregado assalariado e o proletário na empresa capitalista estão “separados” dos meios materiais de produção. O detentor do poder deve ser capaz de contar com a obediência dos membros do quadro, autoridades, ou quem quer que seja. Os meios administrativos podem consistir em dinheiro, edifícios, material bélico, veículos, cavalos e muitas outras coisas. Tudo depende de o detentor do poder dirigir e organizar, ou não, a administração, embora delegando poder executivo a servidores pessoais, autoridades contratadas, ou favoritos e pessoas de confiança, que não são os donos, isto é, que não usam os meios materiais de administração ao seu talento, mas são dirigidos pelo senhor. A distinção é observada em todas as organizações administrativas do passado.

Essas associações políticas nas quais os meios materiais de administração são controlados autonomamente, no todo ou em parte, pelo quadro administrativo dependente, podem ser chamadas associações organizadas em “*estamentos*”. O vassalo na associação feudal, por exemplo, pagava do seu próprio bolso a administração e judicatura do distrito que lhe era entregue como feudo. Ele próprio fornecia seu equipamento e provisões de guerras, e o mesmo faziam seus subvassalos. É claro que isto tinha consequências para o poderio do senhor, que só se baseava numa relação de fé pessoal e no fato de que a legitimidade de sua possessão do feudo e a honra social do vassalo eram derivadas do senhor geral.

Em toda parte, porém, remontando até as mais antigas formações políticas, encontramos também o próprio senhor dirigindo a administração. Ele busca tomá-la em suas mãos tornando os homens pessoalmente dependentes dele: escravos, agregados domésticos, atendentes, "favoritos" pessoais e prebendários enfeudados em dinheiro ou *in natura* aos seus armazéns. Busca cobrir as despesas com seus próprios recursos, com a receita de seu patrimônio; e busca criar um exército que seja dependente dele pessoalmente, porque é equipado e abastecido de seus celeiros, armazéns e arsenais. Na associação dos "estamentos", o senhor domina com a ajuda de uma "aristocracia" autônoma e, portanto com ela divide seu domínio. O senhor que administra pessoalmente é apoiado seja pelos membros de sua Casa ou pelos plebeus. Estes são camadas sem propriedades que não têm honra social própria; materialmente, estão completamente presos a ele e não encontram apoio em nenhum poder rival próprio. Todas as formas de domínio patriarcal e patrimonial, despotismo sultanista e estados burocráticos pertencem a esse último tipo. A ordem estatal burocrática é especialmente importante: em seu aspecto mais racional, ela é precisamente característica do Estado moderno.

Em toda parte, o desenvolvimento do Estado moderno é iniciado através da ação do príncipe. Ele abre o caminho para a expropriação dos portadores autônomos e "privados" do poder executivo que estão ao seu lado, daqueles que possuem meios de administração próprios, meios de guerra e organização financeira, assim como os bens politicamente usáveis de todos os tipos. A totalidade do processo é um paralelo completo ao desenvolvimento da empresa capitalista através da expropriação gradativa dos produtores independentes. Por fim, o Estado moderno controla os meios totais de organização política, que na realidade se agrupam sob um chefe único. Nenhuma autoridade isolada possui, pessoalmente, o dinheiro que paga, ou os edifícios, armazéns, ferramentas e máquinas de guerra que controla. No "Estado" contemporâneo — e isso é essencial ao conceito de Estado — a "separação" entre o quadro administrativo, os funcionários administrativos e os trabalhadores, em relação aos meios materiais de organização administrativa, é completa. Aqui começa a maior parte da evolução moderna e vemos com nossos próprios olhos a tentativa de estabelecer a expropriação desse expropriador dos meios políticos e, portanto, do poder político.

A revolução [da Alemanha, 1918] realizou, pelo menos na medida em que os líderes tomaram o lugar das autoridades estatuidas, isto: os líderes, pela usurpação ou eleição, conseguiram o controle do quadro político e do aparato dos bens materiais; e deduzem sua legitimidade — não importa com que direito — da vontade dos governados. Se os líderes, à base deste êxito pelo menos evidente, têm o direito de manter a esperança de realizar também a expropriação dentro das empresas capitalistas é questão diferente. A direção das empresas capitalistas, apesar de analogias de grande alcance, segue leis diferentes das leis de administração política.

Não tomamos posição, aqui, sobre essa questão. Descrevo apenas o aspecto puramente *conceptual* de nossa consideração: o Estado moderno é uma associação compulsória que organiza a dominação. Teve êxito ao buscar monopolizar o uso legítimo da força física como meio de domínio dentro de um território. Com essa finalidade, o Estado combinou os meios materiais de organização nas mãos de seus líderes, e expropriou todos os funcionários autônomos dos estamentos, que antes controlavam esses meios por direito próprio. O Estado tomou-lhes as posições e agora se coloca no lugar mais elevado.

Durante esse processo de expropriação política, ocorrido com variado êxito em todos os países da Terra, surgiram os "políticos profissionais", noutro sentido. Apareceram primeiro a serviço de um príncipe. Eram homens que, ao contrário do líder carismático, não queriam ser senhores, mas que se colocavam a serviço dos senhores políticos. Na luta da expropriação, eles se colocavam à disposição dos príncipes e, administrando-lhes as políticas, ganhavam, de um lado, a vida e, do outro, um conteúdo de vida ideal. E, ainda nesse caso, *somente* no Ocidente encontramos esse tipo de político profissional a serviço de outros poderes além do príncipe. No passado, foram o mais importante instrumento do poder do príncipe e seu instrumento de expropriação política.

Antes de discutirmos os "políticos profissionais" em detalhe, vamos esclarecer em todos os seus aspectos o estado de coisas apresentado pela sua existência. A política, tal como as iniciativas econômicas, pode ser uma ocupação subsidiária ou uma vocação. O homem pode dedicar-se à política, e portanto buscar influir na distribuição do poder dentro de estruturas políticas e entre elas, como um político "ocasional". Somos todos políticos "ocasionais" quando votamos ou consumamos uma expressão de intenção semelhante, como aplaudir ou protestar num comício

“político”, ou ao pronunciar um discurso “político”, etc. Toda a relação de muitas pessoas para com a política se limita a isso. A política como atividade secundária é praticada hoje por todos os agentes partidários e chefes de associações políticas voluntárias que, em geral, só são politicamente atuantes no caso de necessidade e para quem a política não é, material ou idealmente, “sua vida”, em primeiro lugar. O mesmo se aplica aos membros dos conselhos estatais e órgãos deliberativos semelhantes que funcionam apenas quando convocados. Também se aplica a camadas bastante amplas dos parlamentares que só são politicamente atuantes durante as sessões. No passado, encontravam-se essas camadas especialmente entre os estamentos. Os proprietários dos implementos militares, ou de bens importantes para a administração, ou de prerrogativas pessoais, podem ser chamados “estamentos”. Uma grande parte deles estava longe de dedicar a vida, no todo ou de forma simplesmente preferencial, ou mais do que ocasionalmente, ao serviço da política. Eles exploravam, antes, suas prerrogativas com o interesse de obter uma renda ou mesmo um lucro; e só se tornavam ativos no serviço das associações políticas quando o senhor dos que lhes eram iguais em *status* assim o exigia. Não havia diferença no caso de alguma das forças auxiliares que o príncipe lançava na luta pela criação de uma organização política que ficasse exclusivamente à sua disposição. Foi essa a natureza dos *Räte von Haus aus* [conselheiros] e, ainda mais remotamente, de parte considerável de conselheiros que se reuniam na *Curia* e outros órgãos deliberativos dos príncipes. Mas essas forças meramente ocasionais, empenhadas na política, não eram naturalmente suficientes ao príncipe. Ele buscava, necessariamente, criar um quadro de colaboradores dedicados, total e exclusivamente, a seu serviço; daí, a fazer disso sua principal vocação. A estrutura da nascente organização política dinástica, e não apenas isso, mas também toda a articulação da cultura, dependia, em proporções consideráveis, do problema de onde o príncipe recrutava agentes.

Era necessário também um quadro para as associações políticas cujos membros se constituíam em comunas politicamente “livres” (assim ditas) sob a abolição completa, ou a restrição bastante acentuada, do poder principesco.

Eram “livres” não no sentido moderno de liberdade em relação ao domínio pela força, mas no sentido de que o poder do príncipe legitimado pela tradição (na maioria dos casos,

santificado religiosamente) como fonte exclusiva de toda autoridade estava ausente. Essas comunidades têm sua sede histórica no Ocidente. Seu núcleo foi a cidade como órgão político, a forma pela qual a cidade surgiu primeiro na área cultural mediterrânica. Em todos esses casos, como eram os políticos que fizeram da política a sua principal vocação?

Há dois modos principais pelos quais alguém pode fazer da política a sua vocação: viver “para” a política, ou viver “da” política. Esse contraste não é, de forma alguma, exclusivo. Em geral, o homem faz as duas coisas, pelo menos em pensamento e, certamente, também a ambas na prática. Quem vive “para” a política faz dela a sua vida, num sentido interior. Desfruta a posse pura e simples do poder que exerce, ou alimenta seu equilíbrio interior, seu sentimento íntimo, pela consciência de que sua vida tem *sentido* a serviço de uma “causa”. Nesse sentido interno, todo homem sincero que vive para uma causa também vive dessa causa. A distinção, no caso, refere-se a um aspecto muito mais substancial da questão, ou seja, o econômico. Quem luta para fazer da política uma *fonte de renda* permanente, vive “da” política como vocação, ao passo que quem não age assim vive “para” a política. Sob o domínio da ordem da propriedade privada, algumas — se quiserem — precondições muito triviais devem existir, para que uma pessoa possa viver “para” a política, nesse sentido econômico. Em condições normais, o político deve ser economicamente independente da renda que a política lhe pode proporcionar. Isto significa, muito simplesmente, que o político deve ser rico ou deve ter uma posição pessoal na vida que lhe proporcione uma renda suficiente.

Isso ocorre pelo menos em circunstâncias normais. O séquito do senhor de guerra preocupa-se tão pouco com as condições de uma economia normal quanto a multidão das ruas que segue o herói revolucionário. Ambos vivem dos espólios, do saque, dos confiscos, contribuições e a imposição de meio circulante vil e compulsório, o que em essência equivale à mesma coisa. Mas, necessariamente, tais fenômenos são extraordinários. Na vida econômica cotidiana, somente a riqueza pode tornar o homem economicamente independente. Mas isso apenas não basta. O político profissional deve ser também economicamente “dispensável”, isto é, sua renda não deve depender do fato de que ele coloca, constante e pessoalmente, sua capacidade e pensamento totalmente, ou pelo menos predominantemente, a servi-

ço da aquisição econômica. Da forma mais incondicional, o homem que vive de rendimentos é dispensável nesse sentido. Portanto, ele é o homem que recebe uma renda para a qual não trabalhou. Pode ser o senhor territorial do passado ou o grande dono de terras e aristocrata do presente, que recebe renda delas. Na Antigüidade e na Idade Média os que recebiam rendas dos escravos ou servos, ou nos tempos modernos, rendas de ações ou títulos ou fontes semelhantes — são essas as pessoas que vivem de rendas.

Nem o trabalhador nem o empresário — e isso deve ser bem notado — especialmente o empresário moderno, de grande escala, é economicamente dispensável, nesse sentido. Pois é precisamente o empresário que está ligado à sua empresa, sendo por isso indispensável. Isso se aplica ao empresário na indústria, muito mais do que na agricultura, considerando o caráter sazonal desta. Em geral, é muito difícil ao empresário ser representado em sua empresa por alguma outra pessoa, mesmo temporariamente. Ele é tão indispensável quanto o médico, e quanto mais destacado e ocupado for, tanto menos dispensável será. Por motivos puramente orgânicos, é fácil ao advogado ser dispensável, e, apesar disso, ele tem desempenhado um papel incomparavelmente maior, e com freqüência mesmo dominante, como político profissional. Não continuaremos nesta classificação; preferimos esclarecer algumas de suas ramificações.

A liderança de um Estado ou de um partido por homens que (no sentido econômico da palavra) vivem exclusivamente para a política, e não da política, significa necessariamente um recrutamento “plutocrático” das principais camadas políticas. Na verdade, isto não quer dizer que essa liderança plutocrática significa, ao mesmo tempo, que as camadas politicamente dominantes não buscaram também viver “da” política e portanto que a camada dominante não explorará, habitualmente, seu domínio político em favor de seu próprio interesse econômico. Tudo isso é indiscutível, naturalmente. Jamais houve uma camada que não tivesse, de alguma forma, vivido “da” política. Queremos dizer apenas que o político profissional não precisa buscar uma remuneração direta pelo trabalho político, ao passo que todo político sem meios deve, absolutamente, pretender essa remuneração. Por outro lado, não pretendemos dizer que o político sem propriedades buscará vantagens econômicas privadas através da política, exclusivamente, ou mesmo predominantemente. Nem pretendemos dizer que ele não pensará, em primeiro lugar, “no

problema”. Nada seria mais incorreto. Segundo toda a experiência, o zelo pela “segurança” econômica de sua existência é consciente, ou inconscientemente, um ponto capital em toda a orientação de vida do homem rico. O idealismo político descuidado e sem reservas só se encontra, se não exclusivamente pelo menos predominantemente, entre as camadas que, em virtude de sua carência de propriedades, estão completamente fora dos círculos interessados na manutenção da ordem econômica de uma determinada sociedade. Isso é válido especialmente para as épocas extraordinárias e, portanto, revolucionárias. Um recrutamento não-plutocrático de políticos interessados, de liderança e seguidores, está conjugado com a precondição subentendida de que uma renda regular e suficiente será proporcionada aos que se ocupam da política.

A política pode ser conduzida “honorificamente” e portanto — como se diz habitualmente — por homens “independentes”, isto é, ricos, e especialmente pelos que vivem de rendas. Ou a liderança política pode ser acessível aos homens sem propriedades, que necessitam de uma recompensa. O político profissional que vive “da” política pode ser um “funcionário” exclusivamente “prebendário” ou assalariado. Nesse caso, o político recebe uma renda seja de taxas e tributos sobre serviços específicos — gorjetas e subornos são apenas uma variação irregular e formalmente ilegal dessa categoria de renda — ou uma renda fixa em natureza, um salário monetário, ou ambos. Pode assumir o caráter de um “empresário”, como o *condottiere* ou o portador de uma autorização para recolher impostos ou um cargo comprado, ou como o político americano que considera seus custos como um investimento de capital que ele faz render através da exploração de sua influência. Pode também receber um salário fixo, como um jornalista, secretário de partido ou ministro de um Gabinete moderno, ou autoridade política. As concessões feudais, as concessões de terras e prebendas de todos os tipos foram clássicas, no passado. Com o desenvolvimento da economia monetária, os requisitos preliminares e prebendas tornam-se, especialmente, as recompensas típicas para o apoio aos príncipes, conquistadores vitoriosos ou chefes partidários bem sucedidos. Em troca de serviços leais, hoje, os líderes partidários distribuem cargos de todos os tipos — nos partidos, jornais, sociedades cooperativas, companhias de seguros, municipalidades, bem como no Estado. Todas as lutas partidárias são lutas para o controle de cargos, bem como lutas para metas objetivas.



Na Alemanha, todas as lutas entre os proponentes do Governo central e local se centralizam na questão dos poderes que controlarão os cargos, quer em Berlim, Munique, Karlsruhe ou Dresden. As restrições na participação da distribuição de cargos são mais sérias para os partidos do que qualquer ação contra suas metas objetivas. Na França, a substituição de prefeito em consequência da política partidária sempre foi considerada como uma transformação maior e sempre causou maiores protestos do que a modificação do programa governamental — que tem quase que a significação de um mero palavrório. Alguns partidos, especialmente na América, desde o desaparecimento dos velhos conflitos sobre a interpretação da constituição, transformaram-se em simples partidos para o controle de cargos, distribuindo empregos e modificando seu programa material segundo as oportunidades de conseguir votos.

Na Espanha, até recentemente, os dois grandes partidos, de uma forma convencionalmente fixa, se substituíam no poder através de “eleições” fabricadas na cúpula, a fim de proporcionar cargos aos seus seguidores. Nos territórios coloniais espanhóis, nas chamadas “eleições”, bem como nas chamadas “revoluções”, o que estava em jogo era sempre o cesto de pão do Governo do qual os vencedores se queriam alimentar.

Na Suíça, os partidos dividiram pacificamente os cargos entre si, proporcionalmente, e alguns dos nossos esboços constitucionais “revolucionários”, por exemplo o primeiro esboço da constituição badeniana, tentaram estender esse sistema até os postos ministeriais. Assim, o Estado e os cargos estatais eram considerados como simples instituições para a divisão em despojos.

O Partido Católico do Centro foi quem se mostrou mais entusiasmado com esse projeto. Na Badênia, o partido, como elemento de sua plataforma política, tornou a distribuição de cargos proporcional às crenças religiosas e, portanto, sem qualquer relação com o mérito. Essa tendência torna-se mais forte para todos os partidos quando o número de cargos aumenta em consequência da burocratização geral e quando a exigência de cargos aumenta porque representam um meio de vida especificamente seguro. Para seus adeptos, os partidos se tornam cada vez mais um meio para alcançar o fim de ser beneficiado dessa maneira.

A evolução do funcionalismo moderno no sentido de se tornar uma força de trabalho profissional e altamente especializada,

através de longos anos de treinamento preparatório, opõe-se a essa situação. A burocracia moderna, no interesse da integridade, desenvolveu um elevado senso de honra estamental, sem o qual haveria fatalmente o perigo de uma corrupção terrível e de um vulgar espírito interesseiro. E, sem essa integridade, até mesmo as funções puramente técnicas do aparato estatal seriam postas em risco. A significação do aparato estatal para a economia vem aumentando, especialmente com a crescente socialização, e sua significação aumentará ainda mais.

Nos Estados Unidos, a administração amadorística, através de políticos rapaces, de acordo com o resultado das eleições presidenciais, teve como consequência a substituição de centenas de milhares de funcionários, incluindo até um simples carteiro. A administração nada sabia do servidor público profissional, que a isso dedica a sua vida; não obstante, essa administração amadorística foi, há muito, limitada pela Reforma do Serviço Público. As necessidades puramente técnicas, incontestáveis, da administração determinaram tal evolução.

Na Europa, o funcionalismo especializado, baseado na divisão do trabalho, surgiu numa evolução gradativa de meio milhar de anos. As cidades italianas e senhorias foram o início, entre as monarquias, e os estamentos dos conquistadores normandos. O passo decisivo, porém, foi dado em relação à administração das finanças do príncipe. Com as reformas administrativas do Imperador Max, podemos ver como foi difícil para os servidores depor com êxito o príncipe, nesse setor, mesmo sob a pressão da emergência extrema e do domínio turco. A esfera das finanças era a que menos podia tolerar o diletantismo de um governante — que, naquela época, era acima de tudo um cavaleiro. O desenvolvimento da técnica guerreira exigiu o perito e o oficial especializado. Nessas três áreas — finanças, guerra e direito — os servidores especializados nos Estados mais adiantados triunfavam claramente durante o século XVI. Com a ascendência do absolutismo do príncipe sobre os estamentos, houve simultaneamente uma abdicação gradativa do seu Governo autocrático em favor de um corpo de servidores especializados. Esses funcionários apenas facilitaram a vitória do príncipe sobre os estamentos.

O aparecimento dos “políticos destacados” se fez juntamente com a ascendência de um funcionalismo especializado, embora em transições muito menos perceptíveis. É claro que esses conselheiros realmente decisivos dos príncipes existiram em todas as épocas e em todo o mundo. No Oriente, a necessidade de afastar

do Sultão a responsabilidade pessoal pelo êxito do Governo criou a figura típica do "Grão-Vizir". No Ocidente, influenciada principalmente pelos relatórios dos legados venezianos, a diplomacia tornou-se a princípio uma arte cultivada *conscientemente* na época de Carlos V, no tempo de Maquiavel. Os relatos dos legados venezianos eram lidos com zelo apaixonado nos círculos diplomáticos especializados. Os adeptos dessa arte, que eram em geral educados humanisticamente, tratavam-se como iniciados treinados, semelhantes aos estadistas humanistas chineses no último período dos estamentos belicosos. A necessidade de uma direção formalmente unificada de toda a política, inclusive dos assuntos internos, por um estadista principal, só surgiu de forma final e vigorosa com a evolução constitucional. É claro que personalidades individuais, como os conselheiros dos príncipes, ou antes, na verdade, os líderes, haviam existido repetidamente antes disso. Mas a organização de agências administrativas mesmo nos Estados mais adiantados seguiu primeiramente outros caminhos. Surgiram as agências administrativas colegiadas de cúpula. Em teoria, e em proporções gradativamente decrescentes, na verdade, elas se reuniam sob a presidência pessoal do príncipe, que tomava as decisões. Esse sistema colegiado levou às exposições de motivos, contra-exposições e ao voto racional da maioria e da minoria. Além dos funcionários e das autoridades mais elevadas, o príncipe cercava-se de pessoas de confiança puramente pessoal — o "Gabinete" — e através delas tomava suas decisões, depois de examinar as resoluções do conselho estatal, ou qualquer outro nome que tivesse a mais alta agência estatal. O príncipe, colocando-se cada vez mais na posição do diletante, buscava livrar-se do peso, necessariamente crescente, dos servidores especializados, usando para isso o sistema colegiado e o Gabinete. Buscava conservar a liderança em nível mais elevado. Essa luta latente entre o funcionalismo especializado e o Governo autocrático existiu sempre. A situação só se modificou frente aos parlamentos e às aspirações de poder dos líderes partidários. Condições muito diferentes levaram a resultado externamente idêntico, embora, na verdade, com algumas diferenças. Sempre que as dinastias conservavam o poder prático nas suas mãos — como ocorreu especialmente na Alemanha — os interesses do príncipe associavam-se aos interesses do funcionalismo *contra* o parlamento e suas aspirações de poder. Os funcionários interessavam-se também pelas posições de destaque, ou seja, postos ministeriais, fazendo delas um objetivo da carreira oficial. O monarca, por sua vez, inte-

ressava-se em poder nomear os ministros entre os servidores dedicados, à sua discricção. Ambos os grupos, porém, queriam ver a liderança política enfrentar o parlamento de modo unido e solidário e, daí, ver o sistema colegiado substituído por um único chefe do Gabinete. Além disso, a fim de ser afastado, de modo exclusivamente formal, da luta dos partidos e dos ataques partidários, o monarca necessitava de uma pessoa que o protegesse e assumisse a responsabilidade, ou seja, que respondesse ao parlamento e negociasse com os partidos. Todos esses interesses funcionaram juntos e na mesma direção: surgiu um ministro para dirigir a esfera oficial de modo unificado.

Quando o parlamento predominou sobre o monarca — como na Inglaterra — o desenvolvimento do poder parlamentar agiu ainda mais fortemente na direção de uma unificação do aparato estatal. Na Inglaterra, o "Gabinete", tendo como "líder" o chefe do parlamento, desenvolveu-se como um comitê do partido que controla a maioria. Esse poder partidário era ignorado oficialmente, mas na verdade somente ele era politicamente decisivo. Os órgãos colegiados oficiais, como tal, não eram órgãos do poder dominante, o partido, e portanto não poderiam ser os depositários do verdadeiro Governo. O partido dominante exigia uma organização sempre pronta, composta *apenas* de seus homens principais, que discutiriam confidencialmente as questões a fim de manterem o poder entre si e serem capazes de se dedicar à grande política, fora do grupo. O Gabinete é simplesmente essa organização. Em sua relação com o público, porém, especialmente o público parlamentar, o partido precisava de um líder responsável por todas as decisões — o chefe do Gabinete. O sistema inglês foi levado para o continente europeu na forma de ministérios parlamentares. Somente na América e nas democracias por ela influenciadas, um sistema bastante heterogêneo foi contraposto a este. O sistema americano coloca o líder do partido vitorioso, eleito direta e popularmente, na chefia do aparato de servidores por ele nomeados e só o torna dependente do consentimento do "parlamento" em questões orçamentárias e legislativas.

O desenvolvimento da política numa organização que exigia o treinamento na luta pelo poder, e nos métodos dessa luta, tal como o desenvolveram os modernos partidos políticos, determinou a separação dos funcionários públicos em duas categorias que, porém, não são rigidamente separadas, embora sejam distintas. Essas categorias são os funcionários "administrativos", de um

lado, e os funcionários “políticos”, de outro. Estes, no verdadeiro sentido da palavra, “políticos”, podem ser reconhecidos regular e extremamente pelo fato de poderem ser transferidos a qualquer momento, de serem demissíveis ou pelo menos afastados temporariamente. São como os prefeitos franceses e funcionários equivalentes de outros países, e isso contrasta agudamente com a “independência” dos funcionários com atribuições judiciais. Na Inglaterra, os funcionários que, segundo convenção fixa, se afastam do cargo quando há uma modificação na maioria parlamentar, e daí uma modificação no Gabinete, pertencem a esta categoria. Há entre eles, habitualmente, alguns cuja competência inclui o controle da “administração interna” geral. O elemento político consiste, acima de tudo, na tarefa de manter a “lei e a ordem” no país, e, portanto, da manutenção das relações de poder existentes. Na Prússia esses funcionários, de acordo com o decreto de Puttkamer e a fim de evitar a censura, eram obrigados a “representar a política do Governo”. E como os prefeitos da França, eles eram usados como um aparato oficial para influir nas eleições. A maioria dos funcionários “políticos” do sistema alemão — em contraste com outros países — eram igualmente limitados no que se refere ao acesso aos postos que exigiam uma educação universitária, exames especiais e serviço preparatório especial. Na Alemanha, somente os chefes do aparato político, os ministros, carecem dessa característica específica do serviço público moderno. Mesmo sob o regime antigo, era possível ser Ministro da Educação da Prússia sem ter freqüentado jamais qualquer instituição de ensino superior, mas só se podia ser *Vortragender Rat* à base de um exame determinado. Os *Dezernent* e *Vortragender Rat* especializados e treinados eram, é claro, muito melhor informados sobre os verdadeiros problemas técnicos da divisão do que seu chefe — por exemplo, Althoff, no Ministério da Educação prussiano. Não era diferente na Inglaterra. Assim, em todas as exigências rotineiras o chefe de divisão era mais poderoso do que o ministro, o que se justificava. O ministro era simplesmente o representante da constelação de poder político; tinha de representar os poderosos quadros políticos e tinha de analisar as propostas de seus funcionários especializados, subordinados, ou dar-lhes a orientação de natureza política.

Afinal de contas, as coisas são muito semelhantes numa empresa econômica privada: o verdadeiro “soberano”, as assembléias de acionistas, influi tão pouco na administração quanto um “povo” governado pelos funcionários especializados. E as pessoas

que decidem a política da empresa, a “diretoria” controlada pelo banco, dão apenas a orientação econômica e selecionam as pessoas para a administração, sem serem, elas mesmas, capazes de dirigir tecnicamente a empresa. Assim, a presente estrutura do Estado revolucionário não encerra nada de novo, em princípio. Coloca o controle da administração nas mãos de diletantes absolutos que, em virtude do seu controle das metalhadoras, preferem usar os funcionários especializados apenas como chefes e auxiliares executivos. As dificuldades do presente sistema estão em outros aspectos, mas essas dificuldades não nos interessam, aqui. Vamos examinar, antes, a peculiaridade típica dos políticos profissionais, dos “líderes” bem como de seus seguidores. Sua natureza modificou-se e hoje varia muito, de um caso para outro.

Vimos que no passado os “políticos profissionais” se desenvolveram através da luta dos príncipes com os estamentos e que serviram aos príncipes. Vamos examinar rapidamente os principais tipos desses políticos profissionais.

Enfrentando os estamentos, o príncipe encontrou apoio nas camadas politicamente exploráveis, fora da ordem dos estamentos. Entre estas estavam, primeiro, o clero das Índias Ocidentais e Orientais, na China budista e no Japão, na Mongólia lamaísta, tal como nos territórios cristãos da Idade Média. O clero era tecnicamente útil porque era alfabetizado. A importação dos brâmanes, sacerdotes políticos, lamas e o emprego de bispos e padres como conselheiros políticos ocorreram com o objetivo de obter forças administrativas que soubessem ler e escrever e pudessem ser usadas na luta do imperador, príncipe ou cã, contra a aristocracia. Ao contrário do vassalo que enfrentava o senhor geral, o clero, especialmente o celibatário, estava fora da máquina dos interesses políticos e econômicos e não era tentado pela luta pelo poder político, para si ou seus descendentes. Em virtude do seu próprio *status*, o clero estava “separado” dos implementos controladores da administração do príncipe.

Os literatos de educação humanista compreendem a segunda dessas camadas. Houve uma época em que se aprendia a escrever discursos latinos e versos gregos para se poder ser conselheiro político de um príncipe e, principalmente, para ser memorialista. Foi a época do primeiro florescimento das escolas humanistas e das fundações principescas para professores de “poética”. Para nós, foi uma época transitória, que teve influência bastante persistente em nosso sistema educacional, sem maiores resultados políticos, porém. No Leste da Ásia, foi diferente. O mandarim

chinês é, ou antes foi originalmente, quase o mesmo que o humanista de nosso período da Renascença: um letrado treinado humanisticamente e testado nos monumentos lingüísticos do passado remoto. Quando lemos os diários de Li Hung Chang vemos que seus maiores motivos de orgulho são seus poemas e o fato de ser um bom calígrafo. Esta camada, com suas convenções desenvolvidas e modeladas pela Antigüidade chinesa, determinou todo o destino da China; e talvez nosso destino tivesse sido semelhante se os humanistas, em sua época, tivessem a menor possibilidade de conseguir influência semelhante.

A terceira camada era a nobreza cortesã. Depois que os príncipes conseguiram expropriar o poder político da nobreza como um estamento, atraíram os nobres para a corte e os usaram em seu serviço político e diplomático. A transformação de nosso sistema educacional no século XVII foi, em parte, determinado pelo fato de terem os nobres da corte, como políticos profissionais, substituído os literatos humanistas e ingressado no serviço dos príncipes.

A quarta categoria foi uma instituição especificamente inglesa. Uma camada patricia desenvolveu-se ali, compreendida pela pequena nobreza e pelos que viviam de rendas: são chamados, tecnicamente, de "gentis-homens". Essa classe inglesa representa uma camada que o príncipe atraía originalmente a fim de neutralizar os barões. O príncipe colocava a camada na posse dos cargos de "Governo autônomo", e mais tarde ele próprio passou a depender cada vez mais deles. Os gentis-homens mantinham a posse de todos os cargos da administração local, assumindo-os sem vantagens, no interesse de seu próprio poder social. Os gentis-homens salvaram a Inglaterra da burocratização que foi o destino de todos os Estados continentais.

Uma quinta camada, o jurista de formação universitária, é peculiar ao Ocidente, especialmente ao continente europeu, e foi de significação decisiva para a estrutura política do continente. O tremendo efeito posterior do Direito Romano, transformado pelo Estado burocrático romano do período final, destaca-se principalmente pelo fato de que em toda parte a revolução da administração política na direção do Estado racional foi promovida pelos juristas formados. Isso ocorreu também na Inglaterra, embora ali as grandes corporações nacionais de juristas tivessem dificultado a recepção do Direito Romano. Não há analogia com esse processo em nenhuma área do mundo.

Todo o início do pensamento jurídico racional da Escola Indiana de Mimamsa e todo o cultivo, posterior, do pensamento jurídico antigo no Islã foram incapazes de impedir que a noção do Direito racional fosse superada pelas formas teológicas de pensamento. Acima de tudo, o processo legal não foi plenamente racionalizado nos casos da Índia e do Islamismo. Essa racionalização foi provocada no continente europeu apenas através do uso da velha jurisprudência romana pelos juristas italianos. A jurisprudência romana é o produto de uma estrutura política que surge da cidade-Estado para alcançar domínio mundial — um produto de natureza excepcional. O *usus modernus* dos últimos pandectistas e canonistas medievais fundiu-se às teorias do direito natural, nascida do pensamento jurídico e cristão, mais tarde secularizado. Esse racionalismo jurídico teve seus grandes representantes entre a *podestà* italiana, os juristas criminais, na França (que criaram os meios formais de solapar o domínio dos *seigneurs* pelo poderio real), entre os canonistas e teólogos dos concílios eclesiásticos (pensando em termos de direito natural), entre os juristas da corte e juizes acadêmicos dos principados continentais, entre os professores holandeses de Direito Natural e os monarquomacistas, entre os juristas criminais e legislativos, entre a *noblesse de robe* do Parlamento francês e, finalmente, entre os juristas da época da Revolução Francesa.

Sem esse racionalismo jurídico, a ascensão do Estado absoluto é tão pouco imaginável quanto a revolução. Se examinarmos os protestos dos Parlamentos franceses ou os cadernos dos Estados-Gerais franceses do século XVI ao ano de 1789, veremos em toda parte o espírito dos juristas. E se examinarmos a composição ocupacional dos membros da Assembléia Francesa, encontraremos ali — embora os membros da Assembléia fossem eleitos através de uma franquia igual — um único proletário, poucos empresários burgueses, mas juristas em massa, de todos os tipos. Sem eles, a mentalidade específica que inspirou esses intelectuais radicais e seus projetos seria inconcebível. Desde a Revolução Francesa, o moderno jurista e a moderna democracia associaram-se absolutamente. E os juristas, em nosso sentido de um grupo de *status* independente, só existem também no Ocidente. Desenvolveram-se desde a Idade Média, partindo do *Fürsprech* do processo formalista da Alemanha, sob o impacto da racionalização do julgamento.

A significância do jurista na política ocidental, desde a ascensão dos partidos, não é acidental. O controle da política

pelos partidos significa, simplesmente, o controle pelos grupos de interesse. Veremos, dentro em pouco, o que isto significa. O ofício do advogado treinado é defender, com eficiência, a causa dos clientes interessados. Nisso, o advogado é superior a qualquer “funcionário”, tal como a superioridade da propaganda inimiga [a propaganda aliada na guerra de 1914-18] nos mostra. Sem dúvida ele pode defender e vencer uma causa apoiado em argumentos logicamente fracos e que, nesse sentido, é uma causa “fraca”. Não obstante, ele a ganha porque tecnicamente faz para ela uma “argumentação forte”. Mas o advogado só pode defender com êxito uma causa que pode ser apoiada em argumento de força lógica, tratando assim “bem” uma causa “boa”. Com demasiada freqüência o servidor civil como político transforma uma causa boa sob todos os aspectos numa causa “fraca”, através de uma argumentação tecnicamente “fraca”. Foi isso o que aconteceu conosco. Em grau bastante acentuado, a política de hoje é na verdade conduzida em público por meio da palavra escrita ou falada. Pesar o efeito da palavra propriamente é tarefa do advogado; mas não se enquadra entre as atribuições do servidor público. Este não é demagogo, nem tem o objetivo de ser. Se, não obstante, ele tenta tornar-se demagogo, o faz habitualmente, de forma imperfeita.

Segundo sua vocação, o funcionário autêntico — e isso é decisivo para a avaliação de nosso antigo regime — não se dedicará à política. Deve dedicar-se, de preferência, à “administração” imparcial. Isso também é válido para o chamado administrador “político”, pelo menos oficialmente, na medida em que a *raison d'état*, ou seja, os interesses vitais da ordem dominante não estiverem em causa. *Sine ira et studio*, “sem ressentimento nem preconceito”, ele administrará seu cargo. Daí não fazer precisamente o que o político, o líder bem como seu séquito, tem sempre e necessariamente de fazer, ou seja, *lutar*.

Tomar uma posição, ser apaixonado — *ira et studium* — é o elemento do político e, acima de tudo, o elemento do líder político. Sua conduta está sujeita a um princípio de responsabilidade muito diferente e, na verdade, exatamente contrário ao princípio do servidor público. A honra deste está em sua capacidade de executar conscienciosamente a ordem das autoridades superiores, exatamente como se a ordem concordasse com sua convicção pessoal. Isso é válido até mesmo se a ordem lhe parece errada e se, apesar dos protestos do servidor civil, a autoridade insiste nela. Sem essa disciplina moral e essa omissão voluntária,

no sentido mais elevado, todo o aparato cairia aos pedaços. A honra do líder político, do estadista importante, porém, está precisamente numa responsabilidade *pessoal* exclusiva pelo que ele faz, uma responsabilidade que ele não pode e não deve rejeitar ou transferir. É da natureza dos funcionários de alta posição moral serem maus políticos e, acima de tudo, no sentido político da palavra, serem políticos irresponsáveis. Nesse sentido, são políticos de baixa posição moral, como os que nós infelizmente tivemos numerosas vezes em posições de destaque. Foi a isso que chamamos de *Beamterherrschaft* [domínio do serviço público] e realmente nenhuma mancha existe na honra de nosso funcionalismo se revelarmos o que está politicamente errado no sistema, do ponto de vista do êxito. Mas voltemos mais uma vez aos tipos de figuras políticas.

Desde a época do Estado constitucional, e definitivamente desde que a democracia se estabeleceu, o “demagogo” tem sido o líder político típico no Ocidente. O desagradável sabor da palavra não deve levar-nos a esquecer que não Cleone, mas Péricles, foi o primeiro a trazer o nome de demagogo. Em contraste com os cargos da antiga democracia, que eram preenchidos pela sorte, Péricles chefieou a *Ecclesia* soberana do *demos* de Atenas como um estrategista supremo, retendo o único posto eletivo, ou sem qualquer posto. A demagogia moderna também faz uso da oratória, em proporções extremas, mesmo se considerarmos os discursos eleitorais que um moderno candidato tem de pronunciar. Mas o uso da palavra impressa é mais duradouro. O publicista político, e acima de tudo o jornalista, é hoje o representante mais importante da espécie demagógica.

Dentro dos limites desta conferência, é impossível até mesmo esboçar a Sociologia do jornalismo político moderno, que sob todos os aspectos constitui um capítulo em si mesmo. Certamente, somente uns poucos aspectos relacionados com ele cabem, aqui. Em comum com todos os demagogos e, incidentalmente, com o advogado (e o artista), o jornalista também não se enquadra numa classificação social determinada. Pelo menos é isso o que ocorre no continente europeu, em contraste com a Inglaterra, e, também, com as condições anteriores da Prússia. O jornalista pertence a uma espécie de casta de párias, que é sempre estimada pela “sociedade” em termos de seu representante eticamente mais baixo. Daí as mais estranhas noções sobre jornalistas e seu trabalho. Nem todos compreendem que uma realização jornalística realmente boa exige pelo menos tanto “gênio”<sup>4</sup> quanto qualquer

realização erudita, especialmente devido à necessidade de produzir imediatamente, e “de encomenda”, devido à necessidade de ser eficiente, na verdade, em condições de produção totalmente diferentes. Quase nunca se reconhece que a responsabilidade do jornalista é muito maior, e que o senso de responsabilidade de todo jornalista honrado não é, em média, em nada inferior ao do professor, mas, como a guerra mostrou, superior. Isso ocorre porque, pela natureza mesma do caso, as realizações jornalísticas irresponsáveis e seus efeitos, por vezes terríveis, são lembrados.

Ninguém acredita que a discrição de qualquer jornalista capaz se situa acima da média de outras pessoas, e, não obstante, assim é. As tentações muito mais graves, e as outras condições que acompanham o trabalho jornalístico no momento presente, produzem os resultados que condicionaram a forma pela qual o público vê a imprensa, com um misto de desdém e covardia piedosa. Não podemos discutir aqui o que se deve fazer. Interessamos a questão do destino ocupacional do jornalista político e de sua possibilidade de alcançar uma posição de liderança política. Até agora, o jornalista só teve oportunidades favoráveis no Partido Social-Democrata. Dentro do partido, as posições editoriais tiveram, predominantemente, a natureza de postos oficiais, mas não constituíram base para posições de liderança.

Nos partidos burgueses, no conjunto, as possibilidades de ascensão ao poder político, através desse caminho, são ainda piores, em comparação com o que ocorria na geração anterior. Naturalmente, todo político conseqüente precisou de influir na imprensa e, daí, precisou de relações com a imprensa. Mas os líderes partidários surgidos da imprensa constituíram exceção absoluta, e não se pode contar com isso. A razão de tal fenômeno está na “indispensabilidade” do jornalista, que cresceu muito, e, acima de tudo, do jornalista sem bens e, portanto, condicionado profissionalmente, indispensabilidade essa determinada pela intensidade e ritmo muito mais intenso das operações jornalísticas. A necessidade de ganhar a vida escrevendo artigos diários ou pelo menos semanais é como um chumbo nos pés dos políticos. Conheço casos nos quais líderes naturais ficaram permanentemente paralisados em sua ascensão ao poder, externamente e acima de tudo internamente, por essa compulsão. As relações da imprensa com os poderes dominantes no Estado e nos partidos, sob o velho regime [do Kaiser] foram as mais prejudiciais possíveis para o nível do jornalismo; isso constitui, porém, um capítulo à parte. Essas condições foram diferentes nos países de nossos

adversários [os Aliados]. Mas ali também, e em todos os Estados modernos, aparentemente o trabalhador jornalístico ganha cada vez menos à medida que o senhor capitalista da imprensa, do tipo de “Lorde” Northcliffe, por exemplo, ganha cada vez mais influência política.

Até agora, porém, nossas grandes empresas jornalísticas capitalistas, que controlam especialmente a “cadeia de jornais”, com “anúncios classificados”, foram, regular e tipicamente, os fomentadores da indiferença política. Pois não se poderiam colher lucros numa política independente; especialmente, não se poderia obter a lucrativa benevolência dos poderes politicamente dominantes. A publicidade comercial também é o caminho pelo qual, durante a guerra, se procurou influir politicamente na imprensa, em grande estilo — tentativa que agora é evidentemente considerada como de continuação desejável. Embora possamos esperar que os grandes jornais escapem a essa pressão, a situação dos pequenos será muito mais difícil. De qualquer modo, no momento, a carreira jornalística não é, entre nós, um caminho normal para a ascensão dos líderes políticos, qualquer que seja a atração que o jornalismo possa ter, sob outros aspectos, e qualquer que seja a medida de influência, âmbito de atividade e responsabilidade especialmente política que possa proporcionar. Temos de esperar para ver. Talvez o jornalismo não tenha mais essa função, ou talvez o jornalismo ainda não a tenha. Se a renúncia ao princípio de anonimato significar uma modificação nisso, é difícil de dizer. Alguns jornalistas — nem todos — acreditam no abandono do anonimato por princípio. O que experimentamos durante a guerra, na imprensa alemã, e na “administração” dos jornais por personalidades e escritores de talento, especialmente contratados, que sempre figuraram sob os seus nomes, mostrou infelizmente que, em alguns dos casos mais conhecidos, uma consciência maior da responsabilidade não decorreu nas proporções em que se esperava. Alguns dos jornais foram, sem considerações partidárias, precisamente os que se tornaram mais notoriamente sensacionalistas; abandonando o anonimato, lutaram por maior circulação e a conseguiram. Os diretores bem como os jornalistas do sensacionalismo ganharam fortunas, mas certamente não ganharam honra. Nada dizemos aqui contra o princípio de promover vendas; a questão é, na realidade, complexa, e o fenômeno do sensacionalismo irresponsável não tem validade geral. Mas até agora, o sensacionalismo não tem sido o caminho para a verdadeira liderança ou para a administração responsável da política.

Resta-nos ver como se desenvolverão as condições. Não obstante, a carreira jornalística continua, em todas as circunstâncias, um dos mais importantes caminhos da atividade política profissional. Não é um caminho para todos, muito menos para o caráter fraco, especialmente para as pessoas que podem manter seu equilíbrio interior apenas com uma posição social segura. Se a vida de um jovem erudito está em jogo, ainda assim ele continuará murado pelas rígidas convenções sociais, que impedem o seu deslize. Mas a vida do jornalista é um jogo absoluto sob todos os aspectos e sob condições que põem à prova a segurança interna da pessoa, de forma que raramente ocorre em qualquer outra situação. As experiências, freqüentemente amargas, da vida ocupacional, talvez nem sejam as piores. As exigências íntimas que se voltam precisamente sobre o jornalista de êxito são especialmente difíceis. Não é, na verdade, problema pequeno freqüentar os salões dos poderosos em aparente pé de igualdade e, geralmente, ser lisonjeado por todos, porque se é temido, sabendo porém durante todo o tempo que, mal fechada a porta, o anfitrião talvez tenha de se justificar perante seus hóspedes pela sua associação com os “lixeiros da imprensa”. Além disso, não é fácil expressar-se rápida e convincentemente sobre isto e aquilo, sobre todos os imagináveis problemas da vida — segundo as exigências do “mercado” — e fazê-lo sem se tornar absolutamente raso e acima de tudo sem perder a dignidade, desnudando-se, o que tem resultados impiedosos. Não é de espantar que existam muitos jornalistas que se tornaram fracassos humanos e homens indignos. É, antes, espantoso que, apesar de tudo isso, esta camada mesma inclua um número tão grande de homens de valor e realmente autênticos, um fato que as pessoas distantes da profissão dificilmente imaginam.

Se o jornalista como tipo de político profissional remonta a um passado considerável, a figura do funcionário de partido pertence a uma evolução das últimas décadas e, em parte, somente aos anos recentes. A fim de compreender a posição dessa figura na evolução histórica, teremos de nos voltar para uma consideração dos partidos e organizações partidárias.

Em todas as associações políticas mais ou menos amplas, ou seja, associações que vão além da esfera e alcance das tarefas dos pequenos distritos rurais onde os detentores do poder são eleitos periodicamente, a organização política é necessariamente controlada por homens interessados no controle da política. Isto equivale a dizer que um número relativamente pequeno de

homens está primordialmente interessado na vida política e, daí, em partilhar o poder político. Eles se proporcionam um séquito através do recrutamento livre, apresentam-se, ou a seus protegidos, como candidatos a eleição, recolhem os meios financeiros e lançam-se à caça de votos. É inimaginável como, nas grandes associações, as eleições possam funcionar sem esse padrão. Na prática, isto significa a divisão dos cidadãos com o direito de votar em elementos politicamente ativos e politicamente passivos. Essa diferença baseia-se em atitudes voluntárias, daí ser impossível aboli-la através de medidas como o voto obrigatório, ou a “representação dos grupos profissionais”, ou medidas semelhantes que se dirigem, expressa ou praticamente, contra este estado de coisas e o Governo dos políticos profissionais. A liderança ativa e seu séquito recrutado livremente são os elementos necessários à vida de qualquer partido. O séquito, e através dele, o eleitorado passivo, são necessários à eleição do líder. Mas a estrutura dos partidos varia. Por exemplo, os “partidos” das cidades medievais, como o dos guelfos e gibelinos, eram séquitos exclusivamente pessoais (clientelas). Se examinarmos vários aspectos desses partidos medievais, lembrar-nos-emos do bolchevismo e seus Sovietes. Vejamos, por exemplo, os *Statuta della parte Guelfa*, com certas disposições como o confisco dos bens dos *Nobili* — que originalmente incluíam todas as famílias que levavam uma vida cavalheiresca e que assim se qualificavam para tornarem-se proprietários de fundos — ou ainda a supressão do direito de exercer uma função ou do direito de voto dos membros destas famílias, ou por fim quando consideramos a estrutura dos comitês inter-regionais deste partido, sua organização militar severa e os prêmios aos delatores. Consideremos o bolchevismo, com a cuidadosa seleção dos militares e, especialmente na Rússia, suas organizações de delação, o desarmamento e a negativa dos direitos políticos dos “burgueses”, ou seja, do empresário, do comerciante, do homem que vive de rendas, do burocrata, dos descendentes da dinastia, dos agentes policiais, bem como a política de confiscos.

Essa analogia é ainda mais notável quando vemos que, de um lado, a organização militar do partido medieval constituía um simples exército de cavaleiros organizados à base dos estamentos feudais existentes e que os nobres ocupavam quase todas as posições de mando e, por outro lado, que os soviets preservaram, ou, melhor, readotaram, o empresário altamente pago, o salário de grupo, o sistema Taylor, a disciplina militar e da oficina, e a busca de capital estrangeiro. Portanto, numa pa-

lavra, os Sovietes tiveram de aceitar novamente, e de forma absoluta, *todas* as coisas que o bolchevismo combatia como instituições burguesas de classe. Tiveram de fazê-lo para manter o Estado e a economia em funcionamento. Além disso, os Sovietes reinstituíram os agentes da antiga Ochrana [polícia secreta tzarista] como os principais instrumentos do seu poderio estatal. Mas no caso não temos de tratar com essas organizações de violência, mas com os políticos profissionais que lutam pelo poder através de campanhas partidárias “pacíficas”, no mercado dos votos.

Os partidos, no sentido habitual, entre nós, eram a princípio, como por exemplo na Inglaterra, simples séquitos da aristocracia. Se, por qualquer razão, um par mudava de partido, todos os que dependiam dele também mudavam. Até a Lei da Reforma [de 1832] as grandes famílias nobres e, em último lugar mas não menos importante, o rei, controlavam um número imenso de burgos eleitorais. Próximos desses partidos aristocráticos estavam os partidos dos notáveis, que se desenvolveram em toda parte com o aumento do poder dos burgueses. Sob a liderança espiritual da camada intelectual típica do Ocidente, os círculos abastados e cultos se distinguiram em partidos, e os seguiram. Esses partidos foram formados de acordo com os interesses de classe, as tradições familiares e as razões ideológicas, em proporções iguais. Clérigos, professores, mestres, advogados, médicos, farmacêuticos, agricultores prósperos, industriais — na Inglaterra, toda a camada que se considerava pertencente à classe dos cavaleiros — formaram, a princípio, associações ocasionais na maioria dos clubes políticos locais. Em épocas de intranquilidade, a pequena burguesia elevava sua voz, e de quando em vez o proletariado, se surgissem líderes, que, entretanto, via de regra não vinham de seu seio. Nessa fase, os partidos organizados como associações permanentes entre localidades ainda não existem claramente. Somente os delegados parlamentares criam a coesão; e os notáveis locais são decisivos para a eleição dos candidatos. Os programas eleitorais se originam, em parte, na atração eleitoral dos candidatos, em parte nas reuniões dos notáveis. Ou surgem como resoluções do grupo parlamentar. A liderança dos clubes é uma atividade secundária e uma empresa honorífica, segundo as exigências do momento.

Onde não existem clubes (como ocorre na maioria dos casos) a administração informal da política, em épocas normais, está nas mãos das poucas pessoas que por ela se interessam constantemente.

Somente o jornalista é um político profissional pago; somente a administração do jornal é uma organização política contínua. Além do jornal, há apenas a sessão parlamentar. Os delegados parlamentares e os líderes partidários no Parlamento sabem para quais personalidades locais notáveis se devem voltar quando a ação política parece desejável. Mas as associações permanentes dos partidos só existem nas grandes cidades, com moderadas contribuições dos membros e conferências e reuniões públicas periódicas, nas quais o delegado expõe as atividades parlamentares. O partido só está vivo durante os períodos de eleição.

Os membros do Parlamento interessam-se pela possibilidade de compromissos eleitorais interlocais, pelos programas vigorosos e unificados endossados pelos amplos círculos e pela agitação unificada através de todo o país. Em geral, esses interesses formam a força propulsora de uma organização partidária que se torna cada vez mais rigorosa. Em princípio, porém, a natureza de um aparato partidário como associação de notáveis permanece inalterada. Isso ocorre, embora uma rede de filiações e agentes partidários locais esteja difundida por todo o país, incluindo as cidades de tamanho médio. Um membro do grupo parlamentar age como o chefe do escritório central do partido e mantém correspondência constante com as organizações locais. Fora desse escritório central, ainda não há funcionários pagos; pessoas perfeitamente “respeitáveis” chefiam as organizações locais, pela deferência que, de qualquer modo, isso lhes proporciona. Formam os “notáveis” extraparlamentares que exercem influência juntamente com a camada dos notáveis políticos que esteja no parlamento. A correspondência do partido, porém, preparada pelo partido, proporciona cada vez mais um alimento intelectual para a imprensa e para as reuniões locais. Contribuições regulares dos membros tornam-se indispensáveis; uma parte delas deve cobrir as despesas com a sede.

Não há muito, a maioria das organizações partidárias alemãs ainda estava nessa fase de desenvolvimento. Na França, a primeira etapa do desenvolvimento dos partidos, pelo menos em parte, ainda predominava, e a organização dos membros do parlamento era instável. No interior vamos encontrar vários notáveis locais e programas preparados pelos candidatos ou organizados para eles pelos seus patronos em campanhas específicas pelos postos eletivos. Na verdade, essas plataformas constituem adaptações mais ou menos locais às resoluções e programas dos membros do parlamento. Esse sistema só em parte foi afetado. O



número de políticos profissionais de tempo integral era pequeno, consistindo principalmente nos deputados eleitos, nos poucos funcionários da sede e nos jornalistas. Na França, o sistema também incluía os caçadores de empregos que tinham “postos políticos” ou, que no momento, lutassem por um. A política era formalmente, e de modo predominante, uma atividade subsidiária. O número de delegados que se qualificavam para os postos ministeriais era também muito limitado e, devido à sua posição como notáveis, também era limitado o número de candidatos à eleição.

Mas o número daqueles que indiretamente tinham interesse no controle da política, especialmente interesse material, era grande. Pois todas as medidas administrativas de um departamento ministerial, e especialmente todas as decisões em questões de pessoal, eram tomadas em parte tendo em vista sua influência sobre as possibilidades eleitorais. A realização de cada e todo tipo de desejo era buscada através da mediação do delegado local. De qualquer modo o ministro tinha de ouvir esse delegado, especialmente se ele pertencia à mesma maioria do ministro. Assim, todos lutavam para dispor dessa influência. Um só deputado controlava os empregos e, em geral, qualquer tipo de privilégio em seu distrito eleitoral. Para ser reeleito, o deputado, por sua vez, mantinha ligações com os notáveis locais.

Ora, as formas mais modernas de organizações partidárias contrastam acentuadamente com esse estado idílico no qual círculos de notáveis e, acima de tudo, os membros do parlamento dominam. Essas formas modernas são filhas da democracia, do direito de voto das massas, da necessidade de cortejar e organizar as massas, e desenvolver a maior unidade de direção e a disciplina mais rigorosa. O Governo dos notáveis e a direção pelos membros do parlamento cessa. Os políticos “profissionais” fora do parlamento tomam nas mãos a organização. E assim o fazem como “empresários” — o chefe político americano e o agente eleitoral inglês são, na verdade, empresários desse tipo — ou como funcionários com um salário fixo. Formalmente, ocorre uma ampla democratização. As assembleias dos membros do partido organizado passam a selecionar os candidatos e os membros delegados às assembleias de ordem superior. Há, possivelmente, várias dessas convenções, indo até à convenção nacional do partido. Naturalmente, o poder fica, na prática, nas mãos daqueles que, dentro da organização, se ocupam *permanentemente* do trabalho. Ou então o poder fica nas mãos daqueles de quem a organização, em seus processos, depende financeira

ou pessoalmente — por exemplo, dos mecenas ou diretores de poderosos clubes políticos de pessoas interessadas (Tammany Hall).\* É decisivo que todo esse aparato de pessoas — caracteristicamente chamado de “máquina” nos países anglo-saxões — ou antes, os que dirigem a máquina, mantenham sob controle os membros do parlamento. Estão em condições de impor sua vontade em proporções bastante acentuadas, e isso tem significação especial para a seleção do líder do partido. O homem a quem a máquina segue no momento se torna o chefe, acima mesmo do líder parlamentar. Em outras palavras, a criação dessas máquinas significa o advento da democracia *plebiscitária*.

Os seguidores do partido, e acima de tudo os seus funcionários e empresários, esperam naturalmente uma compensação pessoal pela vitória de seu chefe — isto é, cargos e outras vantagens. É decisivo que esperem tais vantagens do chefe, e não apenas do membro do parlamento, individualmente. Esperam que o efeito demagógico da *personalidade* do chefe, durante a luta eleitoral do partido, aumente os votos e mandatos e, com isso, o poder, e, com isso, na medida do possível, amplie as oportunidades que seus seguidores têm de encontrar as compensações esperadas. Idealmente, uma das molas mestras é a satisfação de trabalhar com a dedicação pessoal leal por um homem, e não apenas por um programa abstrato de um partido constituído de mediocridades. Sob esse aspecto, o elemento “carismático” de toda liderança funciona no sistema partidário.

Em graus muito diferentes, esse sistema progrediu, embora em luta constante e latente com os notáveis locais e os membros do parlamento que lutavam pela influência. Isso ocorreu nos partidos burgueses, primeiro nos Estados Unidos e, em seguida, no Partido Social-Democrata, especialmente da Alemanha. Recuos constantes ocorrem tão logo deixa de existir um líder reconhecido por todos, e, mesmo quando ele existe, as concessões de todos os tipos têm de ser feitas à vaidade e aos interesses pessoais dos notáveis do partido. A máquina também pode ser colocada sob domínio dos funcionários do partido, em cujas mãos estão os assuntos regulares. Segundo a opinião de alguns círculos social-democratas, seu partido sucumbiu a essa “burocratização”. Mas os “funcionários” submetem-se com relativa facilidade a uma

\* Sede regular do Partido Democrata do Condado de Nova York e, por extensão, da máquina partidária democrata naquela cidade. (N. do T.)

personalidade de líder, se ele tiver um forte atrativo demagógico. Os interesses materiais e ideais dos funcionários estão intimamente ligados aos efeitos do poder partidário, esperado da atração do chefe e, além disso, interiormente é, *per se*, mais satisfatório trabalhar para um chefe. A ascensão dos líderes é muito mais difícil quando os notáveis, juntamente com os funcionários, controlam o partido, como ocorre habitualmente nos partidos burgueses. Pois idealmente os notáveis fazem "seu modo de vida" das pequenas presidências ou comitês que ocupam. O ressentimento contra o demagogo como um *homo novus*, a convicção da superioridade da "experiência" do partido político (que, na verdade, realmente é de importância considerável) e a preocupação ideológica com o desmoronamento das tradições do velho partido — esses fatores determinam a conduta dos notáveis. Podem contar com todos os elementos tradicionalistas dentro do partido. Acima de tudo, o eleitor rural, mas também o pequeno-burguês, procura o nome do notável que lhe seja familiar. Desconfia do homem que lhe é desconhecido. Uma vez, porém, que esse homem se torna bem sucedido, a ele se apega firmemente. Vamos examinar, através de alguns exemplos principais, a luta das duas formas estruturais — dos notáveis e do partido — e, especialmente, a ascendência da forma plebiscitária descrita por Ostrogorsky.

Primeiro, a Inglaterra: ali, até 1868, a organização dos partidos foi quase exclusivamente uma organização de notáveis. Os *Tories* encontravam apoio no interior, por exemplo, entre os párocos anglicanos, e entre os professores primários, e acima de tudo entre os grandes senhores de terras. Os *Whigs* encontravam apoio principalmente entre pessoas como o pregador inconformista (quando havia), o agente do correio, o ferreiro, o alfaiate, o cordoeiro — isto é, os artesãos que podiam disseminar a influência política porque podiam conversar com as pessoas mais frequentemente. Na cidade, os partidos diferiam, seja devido à economia, seja devido à religião ou simplesmente segundo as opiniões partidárias difundidas entre as famílias. Mas os notáveis foram, sempre, os pilares da organização política.

Acima de todas essas disposições estavam o Parlamento, os partidos com o Gabinete e o "líder", que era o presidente do conselho de ministros ou líder da oposição. Esse líder tinha ao seu lado o "*whip*"\* — o mais importante político profissional

\* Membro da bancada de um partido que tem por incumbência disciplinar seus colegas e levá-los a comparecer aos debates impor-

da organização partidária. A distribuição dos cargos ficava nas mãos do "*whip*", e, assim, o caçador de empregos tinha de procurá-lo, e ele estabelecia um acordo com os deputados dos burgos eleitorais individuais. Uma camada de políticos profissionais começou a desenvolver-se gradualmente nos burgos. A princípio, os agentes recrutados localmente não eram remunerados: ocupavam aproximadamente a mesma posição de nosso *Vertrauensmänner*.<sup>5</sup> Mas, juntamente com eles, desenvolveu-se nos burgos um tipo empresarial capitalista. Era o "agente eleitoral", cuja existência era inevitável sob a moderna legislação inglesa, que garantia eleições imparciais.

Essa legislação visava a controlar os custos da campanha eleitoral e conter o poder do dinheiro, tornando obrigatório ao candidato declarar os custos de sua campanha. Pois na Inglaterra o candidato, além de gastar a voz — muito mais do que ocorria anteriormente entre nós [na Alemanha] — gostava também de gastar dinheiro. O agente eleitoral fazia o candidato pagar uma soma geral, que habitualmente significa muito para o agente. Na distribuição de poder no Parlamento e no interior, entre o "líder" e os notáveis do Partido, o líder, na Inglaterra, costumava ter uma posição de muito destaque, baseada na possibilidade de uma estratégia política em grande estilo e, portanto, constante. Não obstante, a influência do grupo parlamentar e dos notáveis do partido ainda era considerável.

Era mais ou menos a organização do partido antigo. Era um pouco uma questão dos notáveis e um pouco uma organização empresarial com empregados assalariados. A partir de 1868, porém, desenvolveu-se o sistema de "*caucus*",\* primeiro para as eleições locais de Birmingham e em seguida por todo o país. Um pároco inconformista, e com ele Joseph Chamberlain, criou o sistema. Isso ocorreu quando da democratização do direito de voto. A fim de conquistar as massas, tornou-se necessário organizar um tremendo aparato de associações aparentemente demo-

tantes, especialmente às votações. Também promove a convocação dos suplentes para os membros que não possam comparecer à votação e mantém o líder informado das opiniões e intenções dos membros da agremiação. (N. do T.)

\* Na Inglaterra, um sistema de organização partidária em comitês. Nos Estados Unidos, a expressão significa hoje, em geral, uma reunião secreta ou fechada de líderes do partido ou de congressistas para tomar deliberações sobre a linha partidária, indicar ocupantes de cargos, eleger os líderes nas duas Casas do Congresso etc. (N. do T.)

cráticas. Foi necessário formar uma associação eleitoral em cada distrito urbano para ajudar a manter a organização incessantemente em movimento e burocratizar tudo rigidamente. Por isso, os funcionários contratados e remunerados das comissões eleitorais locais aumentaram numericamente e, no todo, talvez 10% dos eleitores se organizaram nesses comitês locais. Os administradores eleitos do partido tinham o direito de escolher um assistente e eram os portadores formais da política do partido. A força propulsora era o círculo local, composto principalmente dos que se interessavam pela política municipal — da qual surgem sempre as melhores oportunidades materiais. Esses círculos locais foram também os primeiros a recorrer ao mundo das finanças. Essa máquina recém-surgida, que já não era comandada pelos membros do Parlamento, teve de lutar, sem demora, com os anteriores detentores do poder e, acima de tudo, com o “*whip*”. Sendo apoiada pelas pessoas interessadas localmente, a máquina saiu da luta tão vitoriosa que o “*whip*” teve de sujeitar-se e entrar em acordo com ela. O resultado foi a centralização de todo o poder nas mãos de uns poucos e, em última análise, da pessoa que estava na cúpula do partido. Todo esse sistema surgiu no Partido Liberal, ligado à ascensão de Gladstone ao poder. O que levou essa máquina a um triunfo tão rápido sobre os notáveis foi a fascinação da demagogia “grandiosa” de Gladstone, a firme fé que tinham as massas na substância ética de sua política e, acima de tudo, sua fé no caráter ético de sua personalidade. Tornou-se claro, sem demora, que um elemento plebiscitário cesarista na política — o ditador do campo de batalha das eleições — havia surgido. Em 1877 o “*caucus*” tornou-se atuante, pela primeira vez, nas eleições nacionais, e com êxito brilhante, pois o resultado foi a queda de Disraeli no auge de suas grandes realizações. Em 1866 a máquina já estava tão completamente orientada para a personalidade carismática que, quando surgiu a questão da autonomia municipal, toda a máquina, de alto a baixo, não indagou se isso realmente era da competência de Gladstone: simplesmente, a uma palavra sua, seguiu-o, dizendo: Gladstone, certo ou errado, nós o seguimos. E assim a máquina abandonou seu próprio criador, Chamberlain.

Essa máquina exige um pessoal considerável. Na Inglaterra, há cerca de 2.000 pessoas que vivem diretamente da política partidária. Na verdade, os que participam da política ativamente apenas como candidatos a empregos ou pessoas interessadas são muito mais numerosos, especialmente na política municipal. Além

das oportunidades econômicas, o político no sistema do “*caucus*” tem ainda as oportunidades de satisfazer sua vaidade. Ser Juiz de Paz ou Membro do Parlamento está, decerto, em harmonia com a ambição maior (e normal); e as pessoas que são comprovadamente de boa origem, isto é, “cavalheiros”, alcançam o seu objetivo. A meta mais elevada é, decerto, a nobreza, especialmente para os grandes mecenas financeiros. Cerca de 50% das finanças do partido dependem de contribuições de doadores que permanecem anônimos.

E quais foram as conseqüências de todo esse sistema? Hoje em dia, os membros do Parlamento, com a exceção dos poucos membros do Gabinete (e uns insurgentes), normalmente não são nada mais do que homens bem disciplinados e sempre de acordo. Entre nós, no Reichstag, tinha-se pelo menos o costume de responder à correspondência particular de seu escritório, mostrando assim que o deputado estava atuante em favor do país. Tais atitudes não são exigidas na Inglaterra; o membro do Parlamento deve apenas votar, não cometer traição partidária. Deve comparecer quando o “*whip*” o convoca, e fazer o que o Gabinete ou o líder da oposição mandar. A máquina do “*caucus*” no interior é quase totalmente sem princípios quando existe um chefe forte que a tem completamente na mão. Com isso, o ditador plebiscitário na realidade fica acima do Parlamento. Tem, atrás de si, as massas, atraídas por meio da máquina, e os membros do Parlamento são para eles simplesmente os homens do espólio político de seu séquito.

Como ocorre a seleção desses chefes fortes? Primeiro, em termos de que capacidade são escolhidos? Depois das qualidades da vontade — decisivas em todo o mundo — naturalmente a força do discurso demagógico é, acima de tudo, decisiva. Seu caráter modificou-se desde a época em que oradores como Cobden se dirigiam ao intelecto e Gladstone dominava a técnica de “deixar que os fatos sóbrios falem por si mesmos”. No momento presente, com freqüência os meios puramente emocionais são usados — os meios que o Exército da Salvação também explora a fim de comover as massas. Podemos considerar o estado de coisas existente como uma “ditadura baseada na exploração da massa emocionalmente”. Não obstante, o sistema altamente desenvolvido de trabalho de comissões no Parlamento inglês torna possível e compulsivo para todo político que pretende participar da liderança cooperar no trabalho de comissão. Todos os ministros importantes, nas décadas recentes, têm esse

treinamento real e efetivo como um pano-de-fundo. A prática dos relatórios de comissão e da crítica pública dessas deliberações é uma condição para o treinamento, para a seleção real dos líderes e a eliminação dos meros demagogos.

É assim na Inglaterra. O sistema do "*caucus*" ali, porém, tem uma forma fraca, em comparação com a organização partidária americana, que levou o princípio plebiscitário a uma expressão especialmente precoce e especialmente pura.

Segundo a idéia de Washington, a América deveria ser uma comunidade administrada pelos "cavalheiros". Na sua época, na América, o cavalheiro era também um proprietário de terras ou um homem de educação universitária — isso, a princípio. De início, quando os partidos começaram a organizar-se, os membros da Câmara dos Representantes pretendiam ser os líderes, tal como na Inglaterra da época governavam os notáveis. A organização partidária era bastante frouxa e continuou a sê-lo até 1824. Em algumas comunidades, onde ocorreu primeiro o desenvolvimento moderno, a máquina partidária estava em elaboração antes mesmo da década de 1820. Mas quando Andrew Jackson foi eleito Presidente pela primeira vez — a eleição do candidato dos agricultores do Oeste — as velhas tradições foram derrubadas. A liderança partidária formal pelos principais membros do Congresso chegou ao fim pouco depois de 1840, quando os grandes parlamentares, Calhoun e Webster, retiraram-se da vida política porque o Congresso havia perdido quase todo o seu poder em favor da máquina partidária no interior. O fato de ter a "máquina" plebiscitária se desenvolvido tão cedo na América deve-se ao fato de que ali, e ali somente, o Executivo — e isso era o que realmente importava — o chefe da distribuição de cargos, era um Presidente eleito por plebiscito. Em virtude da "separação de poderes", ele era quase independente do Parlamento, no exercício do seu cargo. Assim, como o preço da vitória, as prebendas pretendidas eram distribuídas precisamente na eleição presidencial. Através de Andrew Jackson, o "sistema de despojos" transformou-se sistematicamente em princípio e estabeleceram-se conclusões.

O que significa esse sistema de despojos, a entrega de cargos federais aos partidários do candidato vitorioso, para as formações partidárias de hoje? Significa que partidos sem princípios opõem-se mutuamente; são apenas organizações de caçadores de empregos, elaborando suas plataformas que variam segundo as possibilidades de conseguir votos, modificando suas cores num grau

que, apesar de todas as analogias, não se encontra em nenhuma outra parte. Os partidos são simplesmente e absolutamente condicionados à campanha eleitoral que é mais importante para a distribuição de cargos: a luta pela presidência é pelo Governo dos vários estados. Plataformas e candidatos são escolhidos nas convenções nacionais dos partidos sem a interferência dos congressistas. Daí surgirem eles das convenções partidárias, cujos delegados são formalmente, e muito democraticamente, eleitos. Tais delegados são determinados pelas assembleias de outros delegados que, por sua vez, devem seus mandatos às eleições "primárias", ou seja, à reunião dos eleitores diretos do partido. Nas eleições primárias os delegados já são eleitos em nome do candidato à liderança nacional. Dentro dos partidos, ocorrem as lutas mais acerbadas em torno da "indicação". Afinal de contas, 300.000 a 400.000 nomeações oficiais estão nas mãos do Presidente, nomeações que são executadas por ele com a aprovação dos senadores dos diferentes estados. Daí serem os senadores políticos poderosos. Em comparação, porém, a Câmara dos Representantes é, politicamente, bastante impotente, porque a distribuição de cargos está afastada dela e porque os membros do Gabinete, simples assistentes do Presidente, podem exercer o cargo à parte a confiança ou falta de confiança do povo. O Presidente, que é legitimado pelo povo, enfrenta a todos, inclusive o Congresso; é esse o resultado da "separação de poderes".

Na América, o sistema de despojos, apoiado desse modo, foi tecnicamente possível porque a cultura americana, com a sua juventude, pôde tolerar o controle puramente diletante. Com 300.000 ou 400.000 desses homens de partido sem outra qualificação a seu crédito além do fato de terem prestado bons serviços ao seu partido, esse estado de coisas não poderia existir, é claro, sem males enormes. Uma corrupção e um desperdício que não encontram paralelo só poderiam ser tolerados por um país com oportunidades econômicas ainda limitadas.

Ora, o chefe político é a figura que surge no quadro desse sistema de máquina partidária plebiscitária. Quem é ele? É o empresário capitalista político que, por conta própria e correndo seu risco, fornece votos. Pode ter estabelecido suas primeiras relações como advogado ou dono de bar, ou como proprietário de estabelecimentos semelhantes, ou talvez como credor. Lança, partindo daí, seus fios até poder "controlar" um certo número de votos. Quando chega a esse ponto, estabelece contato com os chefes vizinhos e, com zelo, habilidade e acima de tudo dis-

crição, atrai a atenção dos que já avançaram mais na carreira, e com isso consegue subir. O chefe é indispensável à organização do partido, e esta fica centralizada em suas mãos. Proporciona, substancialmente, os meios financeiros. Como os consegue? Bem, em parte pelas contribuições dos membros e especialmente tributando os salários dos funcionários nomeados através dele e de seu partido. Além disso há o suborno e as gorjetas. Quem deseja violar com impunidade uma das muitas leis necessita da conivência do chefe político e tem de pagar por ela; ou, então, terá problemas. Mas isso apenas não é suficiente para acumular o capital necessário às empresas políticas. O chefe é indispensável como recipiendário direto do dinheiro dos grandes magnatas financeiros, que não entregariam seu dinheiro, com finalidades eleitorais, a um funcionário assalariado de um partido, ou a ninguém mais que tivesse de dar explicação pública de seus negócios. O chefe, com sua discrição judiciosa em assuntos financeiros, é o homem natural para os círculos capitalistas que financiam eleições. O chefe político típico é um homem absolutamente sóbrio. Não busca honras sociais; o "profissional" é desprezado na "sociedade respeitável". Busca apenas o poder, o poder como fonte de dinheiro, mas também o poder pelo poder. Em contraste com o líder inglês, o chefe político americano trabalha no escuro. Não é ouvido discursando em público: sugere aos oradores o que eles devem dizer, de modo cômodo. Ele, porém, conserva-se calado. Em geral não aceita postos, exceto o de senador. Pois como os senadores, em virtude da Constituição, participam da distribuição de cargos, os principais chefes freqüentemente tomam assento nessa Casa. A distribuição de cargos é realizada, em primeiro lugar, de acordo com os serviços prestados ao partido. Mas também ocorre com freqüência o leilão de cargos através de ofertas de dinheiro, e há certas taxas para cargos individuais. Existe, portanto, um sistema de venda de cargos que, afinal de contas, também era conhecido nas monarquias, inclusive no Estado religioso, dos séculos XVII e XVIII.

O chefe não tem "princípios" políticos firmes; sua atitude é totalmente carente de princípios, e ele pergunta apenas: O que conseguirá votos? É, com freqüência, homem de pouca ilustração. Mas em geral tem uma vida privada inofensiva e correta. Em sua moral política, porém, ajusta-se naturalmente aos padrões éticos médios de conduta política, como muitos de nós fizemos também durante o período de acumulação, no setor da ética econômica.<sup>0</sup> Não o preocupa o fato de ser socialmente

desprezado como político "profissional". O fato de não alcançar, pessoalmente, altos postos federais, nem desejá-los, tem a vantagem freqüente de possibilitar a apresentação de candidatos notáveis de fora do partido quando o chefe político acredita que terão atração para as urnas. Daí não concorrerem repetidamente as mesmas velhas notabilidades do partido como no caso da Alemanha. Assim, a estrutura desses partidos sem princípios, com os seus detentores do poder socialmente desprezados, ajudou homens capazes a alcançar a presidência — homens que, conosco, jamais teriam chegado à cúpula. Na verdade, o chefe político tem certa resistência contra o elemento de fora que possa prejudicar as suas fontes de dinheiro e de poder. Não obstante, na luta competitiva para conseguir a preferência dos eleitores, os chefes políticos freqüentemente tiveram de condescender e aceitar candidatos conhecidos como adversários da corrupção.

Assim, existe uma forte máquina partidária capitalista, organizada de forma rigorosa e total, de alto a baixo, e apoiada por clubes de extraordinária estabilidade. Esses clubes, como Tammany Hall, são como ordens cavaleirescas. Buscam vantagens exclusivamente através do controle político, especialmente do Governo municipal, que é o objetivo mais importante na divisão do espólio. Essa estrutura de vida partidária foi possibilitada pelo alto grau de democracia nos Estados Unidos — um "Novo País". Essa ligação, por sua vez, é o motivo pelo qual o sistema está morrendo gradualmente. A América já não pode ser governada apenas por diletantes. Há menos de 15 anos, quando se perguntou aos trabalhadores americanos por que se deixavam governar pelos políticos que confessavam desprezar, a resposta foi: "Preferimos ter nos cargos pessoas nas quais podemos cuspir do que uma casta de funcionários que cuspirá em nós, como ocorre com vocês". Era o velho ponto de vista da "democracia" americana. Mesmo então, os socialistas tinham idéias totalmente diferentes, e agora a situação já não é tolerável. A administração diletante não basta e a Reforma do Serviço Público estabelece um número sempre crescente de cargos vitalícios com pensões. A reforma se desenvolve de tal modo que os funcionários de preparo universitário, tão incorruptíveis e capazes quanto os nossos funcionários, ocupam os cargos. Agora mesmo cerca de 100.000 cargos deixaram de ser objeto de distribuição depois das eleições. Ao invés disso, esses cargos permitem aos seus ocupantes gozar de pensões, e baseiam-se em exigências qualitativas. O sistema de despojos passará assim gradualmente ao se-

gundo plano e a natureza da liderança partidária provavelmente será também transformada — mas ainda não sabemos em que sentido.

Na Alemanha, até agora, as condições decisivas da administração política foram, em essência, as seguintes:

Primeiro, os parlamentos foram impotentes. Em consequência, nenhum homem com as qualidades do líder ingressou no Parlamento de forma permanente. Quem quisesse entrar no Parlamento, que poderia realizar ali? Quando se vagava um cargo de Chancelaria, podia-se dizer ao chefe administrativo: “Tenho um homem muito capaz em meu distrito eleitoral que seria capaz de ocupar o cargo; nomeie-o”. E ele teria aceito com prazer. Mas isso era tudo o que um membro do Parlamento alemão poderia fazer para satisfazer seus instintos de poder — se os tivesse.

A isso devemos acrescentar a tremenda importância do funcionalismo especializado e formado na Alemanha. Esse fator determinou a impotência do Parlamento. Nosso funcionalismo não tinha rival no mundo. Essa importância era acompanhada do fato de que os funcionários pretendiam não só cargos, mas também postos no Gabinete. Na Assembléia Legislativa da Baviera, quando a adoção do Governo parlamentar foi debatida no ano passado, afirmou-se que, se os membros da assembléia tivessem de ser colocados nos postos de Gabinete, as pessoas de talento já não buscariam a carreira oficial. Além disso, a administração do serviço público escapava sistematicamente a esse controle, tal como se vê pelas discussões das comissões inglesas. A administração tornava assim impossível aos parlamentos — com umas poucas exceções — treinar chefes administrativos realmente úteis entre suas próprias fileiras.

Um terceiro fator é o de que na Alemanha, em contraste com a América, tivemos partidos, com opiniões públicas baseadas em princípios, que sustentaram que seus membros, pelo menos de maneira subjetiva, representavam genuinamente *Weltanschauungen*. Ora, os dois mais importantes desses partidos, o Partido Católico do Centro e o Partido Social-Democrata foram, desde sua criação, minoritários, e intencionalmente minoritários. Os principais círculos do Partido do Centro no Reich jamais ocultaram sua oposição à democracia parlamentar, pelo medo de permanecer na minoria e, com isso, enfrentar grandes dificuldades em colocar os seus candidatos a empregados, como vinham fazendo através da pressão sobre o Governo. O Partido Social-

-Democrata era uma entidade minoritária baseada em princípios e opunha-se à adoção do Governo parlamentar porque não desejava manchar-se participando na ordem política burguesa existente. O fato de que ambos os partidos se dissociavam do sistema parlamentar tornou impossível o Governo com esse sistema.

Considerando tudo isso, que aconteceu então aos políticos profissionais na Alemanha? Não tiveram poder, responsabilidade e só puderam desempenhar um papel subordinado, como notáveis. Em consequência, foram reanimados pelo instinto associativo profissional, típico em toda parte. Era impossível para um homem que não pertencesse ao seu grupo ascender nos círculos dos notáveis que faziam de suas pequenas posições a sua própria vida. Poderíamos mencionar muitos nomes em cada partido, o Social-Democrata inclusive, que encerram tragédias de carreiras políticas porque as pessoas que tinham qualidades de liderança, e precisamente devido a essas qualidades, não foram toleradas pelos notáveis. Todos os nossos partidos seguiram essa evolução e se tornaram associações profissionais dos notáveis. Bebel, por exemplo, ainda era um líder pelo temperamento e pureza de caráter, por mais modesto que fosse seu intelecto. O fato de ter sido um mártir, de jamais ter traído a confiança das massas, resultou na conquista absoluta dessas massas. Não havia poder no partido que o desafiasse seriamente. Tal liderança chegou ao fim, depois de sua morte, e teve início o domínio dos funcionários. Os funcionários de sindicatos, secretários de partidos e jornalistas chegaram ao cimo. Os instintos do funcionalismo dominaram o partido — um funcionalismo altamente respeitável, de rara respeitabilidade, podemos dizer, em comparação com as condições em outros países, especialmente os funcionários sindicais, freqüentemente corruptos, da América. Mas os resultados do controle pelo funcionalismo, que discutimos acima, também começaram no partido.

Desde a década de 1880 os partidos burgueses transformaram-se totalmente em associações profissionais, ou corporações, de notáveis. Na verdade, ocasionalmente os partidos tiveram de recorrer a personalidades de fora das fileiras partidárias, com objetivos publicitários, para que pudessem dizer: “Temos estes e estes nomes”. Na medida do possível, evitaram deixar que esses nomes disputassem eleição; somente quando inevitável, e a pessoa insistia, podia candidatar-se. O mesmo espírito predominou no Parlamento. Nossos partidos parlamentares eram e são corporações. Todo discurso pronunciado no plenário do

Reichstag é censurado pelo partido, antes de ser feito. Isso é evidente na sua monotonia sem par. Somente pode falar aquele a quem é dada a palavra. Dificilmente poderemos pensar num contraste mais forte com a Inglaterra, e também — por motivos opostos — com a França.

Ora, em consequência do colapso enorme, habitualmente chamado Revolução, talvez esteja em marcha uma transformação. Talvez — mas não é certo. No início, começaram a surgir novos tipos de aparato partidário. Primeiro, houve os aparatos amarorísticos. Estão representados, com mais freqüência, pelos alunos das várias universidades, que dizem a um homem ao qual atribuem qualidades de liderança: queremos fazer o trabalho necessário para você. Segundo, há os aparatos dos empresários. Um homem ao qual são atribuídas qualidades de liderança é abordado por pessoas dispostas a fazer-lhe a propaganda, a uma taxa fixa para cada voto recebido. Se me perguntassem, honestamente, qual desses dois aparatos me parece mais digno de fé, do ponto de vista puramente técnico, creio que preferiria o segundo. Ambos, porém, foram bolhas de sabão que cresceram depressa e desapareceram também rapidamente. Os aparatos existentes transformaram-se, mas continuaram a funcionar. Os fenômenos são apenas sintomas do fato de que novos aparatos surgiriam, se houvesse líderes. Mas até mesmo a peculiaridade técnica da representação proporcional impedia essa ascendência. Apenas uns poucos ditadores das multidões de rua surgiram para desaparecer novamente. E somente o séquito de uma ditadura de massa é organizado de forma rigorosamente disciplinada: daí o poder dessas minorias instáveis.

Vamos supor que tudo isso se modificasse; então, depois do que dissemos acima, compreende-se claramente que a liderança plebiscitária dos partidos encerra a “falta de alma” dos séquitos, sua proletarianização intelectual, poderíamos dizer. A fim de ser um aparato útil, uma máquina no sentido americano — imperturbada até mesmo pela vaidade dos notáveis ou as pretensões a opiniões independentes — o séquito de um desses líderes deve obedecer-lhe cegamente. A eleição de Lincoln só foi possível por esse caráter da organização partidária, e com Gladstone, como dissemos, ocorreu o mesmo no “caucus”. É, simplesmente, o preço pago da direção pelos líderes. Só há, porém, a escolha entre a democracia com liderança, com uma “máquina”, e a democracia sem líder, ou seja, o domínio dos políticos profissionais sem vocação, sem as qualidades carismáticas íntimas que

fazem o líder, e isso significa aquilo que os insurgentes de um partido habitualmente chamam de “domínio de grupo”. No momento, na Alemanha, temos apenas a segunda forma. No futuro, a permanência dessa situação, pelo menos no Reich, é facilitada pelo fato de que o *Bundesrat*<sup>7</sup> ascenderá novamente e necessariamente limitará o poder do Reichstag e com isso sua importância como selecionador de líderes. Além disso, em sua forma presente, a representação proporcional é um fenômeno típico da democracia sem líder. Isso ocorre não só porque facilita os conchavos dos notáveis para a organização de chapas, mas também porque no futuro dará aos grupos de interesse organizados a possibilidade de obrigar os partidos a incluir seus funcionários na lista de candidatos, criando assim um Parlamento apolítico no qual a liderança autêntica não tem lugar. O Presidente do Reich só poderia transformar-se numa válvula de segurança da exigência da liderança se fosse eleito de forma plebiscitária e não pelo Parlamento. A liderança à base do trabalho realizado poderia criar-se, e a seleção se faria, especialmente se, nas grandes municipalidades, o prefeito plebiscitário surgisse em cena, com o direito de organizar independentemente o seu quadro de auxiliares. Isso ocorre no caso dos Estados Unidos, sempre que alguém deseja atacar seriamente a corrupção. É necessária uma organização partidária especial para essas eleições. Mas a hostilidade pequeno-burguesa de todos os partidos aos líderes, inclusive certamente o Partido Social-Democrata, deixa a formação futura dos partidos, e todas essas possibilidades, ainda na obscuridade total.

Portanto, não podemos ver ainda que forma tomará o controle da política como “vocação”. Muito menos podemos ver em que caminhos se abrem oportunidades para que os talentos políticos possam ser levados a tarefas políticas satisfatórias. Quem foi, pelas suas circunstâncias materiais, obrigado a viver “da” política, quase sempre terá de examinar as posições alternativas de jornalista ou funcionário do partido, como caminhos diretos típicos. Ou poderá examinar a posição de representante de grupos de interesse — como um sindicato, uma câmara de comércio, uma associação rural<sup>8</sup> ou uma associação profissional,<sup>9</sup> uma junta de trabalho, uma associação de empregadores, etc., ou ainda um cargo municipal adequado. Nada mais se pode dizer sobre esse aspecto externo: em comum com o jornalista, o funcionário de partido suporta a odiosa condição de *déclassé*. “Escritor assalariado”, ou “orador assalariado”, sempre lhe soará

infelizmente nos ouvidos, mesmo quando tais palavras não forem ditas. Quem for intimamente indefeso e incapaz de encontrar a devida resposta a si mesmo, fará melhor afastando-se dessa carreira. De qualquer modo, além das graves tentações, é um caminho que pode levar, constantemente, a decepções. Que satisfações íntimas pode, então, oferecer essa carreira e que condições pessoais são pressupostas para quem nela ingressa?

Em primeiro lugar, a carreira da política proporciona uma sensação de poder. Saber que influencia homens, que participa no poder sobre eles, e, acima de tudo, o sentimento de que tem na mão uma fibra nervosa de acontecimentos historicamente importantes, pode elevar o político profissional acima da rotina cotidiana, mesmo quando ele ocupa posições formalmente modestas. Mas a questão do momento para ele é: através de que qualidades posso esperar fazer justiça a essa força (por mais limitada que seja, no caso individual)? Como pode ele esperar fazer justiça à responsabilidade que o poder lhe impõe? Com isso, ingressamos no setor das indagações éticas, pois aí se situa o problema: que tipo de homem se deve ser para que se possa colocar a mão no leme da história?

Podemos dizer que três qualidades destacadas são decisivas para o político: paixão, senso de responsabilidade e senso de proporções.

Isto significa paixão no sentido de uma *objetividade*, de dedicação apaixonada a uma "causa", ao deus ou demônio que é o senhor. Não é a paixão no sentido daquela emoção íntima que meu amigo Georg Simmel costumava designar como "excitação estéril", e que era peculiar a um certo tipo de intelectual russo (mas não todos, de modo algum!). É uma excitação que tem um papel tão importante entre nossos intelectuais nesse carnaval que enfeitamos com o nome orgulhoso de "revolução". É um "romantismo dos que são intelectualmente interessantes", que termina num vazio destituído de qualquer senso de responsabilidade objetiva.

Na verdade, a simples paixão, por mais autêntica que seja, não basta. Ela não faz o político, a menos que a paixão como dedicação a uma "causa" também torne a responsabilidade para com tal causa a estrela-guia da ação. Quanto a isso, é necessário um senso de proporção. É a qualidade psicológica decisiva do político: sua capacidade de deixar que as realidades atuem sobre ele com uma concentração e uma calma íntimas. Daí sua *distância* em relação às coisas e homens. "Falta de distân-

cia", em si, é um dos pecados mortais do político. É uma daquelas qualidades que condenam a progênie de nossos intelectuais à incapacidade política. O problema é, simplesmente, como fundir a paixão cálida e o frio senso de proporção numa mesma alma? A política é feita com a cabeça, e não com outras partes do corpo ou da alma. E, não obstante, a dedicação à política, se não for um jogo intelectual frívolo, mas uma conduta genuinamente humana, pode nascer e crescer apenas da paixão. Mas aquele firme controle da alma, que distingue o político apaixonado e o diferencia do simples dileitante político "estérilmente excitado", só é possível pelo hábito ao desapêgo em todo o sentido da palavra. A "força" da personalidade "política" significa, em primeiro lugar, a posse das qualidades de paixão, responsabilidade e proporção.

Portanto, a todo dia e a toda hora, o político tem de superar, interiormente, um inimigo bastante comum e demasiado humano: a vaidade vulgar, o inimigo mortal da dedicação objetiva a uma causa e de qualquer distância — no caso, da distância para com o próprio eu.

A vaidade é uma qualidade muito generalizada e talvez ninguém esteja completamente livre dela. Nos círculos acadêmicos e eruditos, a vaidade é uma espécie de moléstia ocupacional, mas precisamente com o intelectual, ela — por mais desagradável que possa ser a sua manifestação — é relativamente inócua, no sentido de que, geralmente, não perturba o empreendimento científico. O caso é totalmente diferente com o político. Ele trabalha com o desejo de poder como um meio inevitável. Portanto, o "instinto do poder", como se diz habitualmente, pertence na verdade às suas qualidades normais. O pecado contra esse espírito altaneiro de sua vocação, porém, começa quando esse desejo de poder deixar de ser *objetivo* para tornar-se uma auto-embriaguez puramente pessoal, ao invés de colocar-se exclusivamente a serviço "da causa". Em última análise, há apenas dois tipos de pecado mortal no campo da política: a falta de objetividade e — com frequência idêntica a ela, mas nem sempre — a irresponsabilidade. Vaidade, a necessidade de destacar-se pessoalmente no primeiro plano da forma mais clara possível, tenta fortemente o político a cometer um desses pecados, ou ambos. Isso ainda é mais exato no caso em que o demagogo é obrigado a contar com o "efeito". Portanto, ele corre frequentemente o risco de tornar-se um ator bem como o de ver com leviandade a responsabilidade das conseqüências de seus



atos, passando a interessar-se apenas pela “impressão” que causa. A falta de objetividade tenta-o a lutar pela aparência atraente do poder, e não pelo poder real. Sua irresponsabilidade, porém, sugere que ele gosta do poder simplesmente pelo poder sem uma finalidade substantiva. Embora — ou antes, justamente porque — o poder é o meio inevitável, e a luta pelo poder é uma das forças motrizes de toda a política, não há deformação mais prejudicial da força política do que a ostentação do poder tão ao gosto dos *parvenus*, e a inútil complacência no sentimento do poder, e em geral qualquer culto do poder em si. O “político do poder” pode conseguir efeitos fortes, mas na realidade seu trabalho não leva a parte alguma e não tem sentido. (Entre nós, também, um culto promovido com ardor procura glorificá-lo.) Nisso, os críticos da “política do poder” estão absolutamente certos. Do súbito colapso interno dos representantes típicos dessa mentalidade, podemos ver a fraqueza e impotência íntimas que se escondem atrás desse gesto jactancioso, mas totalmente vazio. É um produto de uma atitude superficialmente *blasé* para com o significado da conduta humana; e não tem qualquer relação com o conhecimento da tragédia a que qualquer ação, e especialmente a ação política, está intimamente ligada.

O resultado final da ação política mantém com frequência, e às vezes regularmente, uma relação totalmente inadequada e por vezes até mesmo paradoxal com o seu sentido original. Isso é fundamental para toda história, ponto que não procuraremos provar detalhadamente, aqui. Mas devido a esse fato, para que a ação tenha força íntima, o serviço da causa não deve estar ausente dela. Exatamente que causa, a serviço da qual o político luta pelo poder e usa o poder, parece uma questão de fé. O político pode servir a finalidades nacionais, humanitárias, éticas, sociais, culturais, mundanas ou religiosas. O político pode ser mantido por uma forte crença no “progresso” — qualquer que seja o seu sentido — ou pode rejeitar friamente esse tipo de crença. Pode pretender estar a serviço de uma “idéia” ou, rejeitando isso em princípio, pode desejar servir a finalidades externas da vida cotidiana. Alguma forma de fé, porém, deve sempre existir. Se assim não for, é absolutamente certo que a maldição da indignidade da criatura superará até os êxitos políticos externamente mais fortes.

Com a afirmação acima, já estamos empenhados na discussão do último problema que nos interessa, aqui: o *ethos* da

política como “causa”. Que vocação pode a política realizar, independentemente de suas metas, dentro da economia ética total da conduta humana — qual é por assim dizer o ponto ético onde a política se sente à vontade? Nesse aspecto, na realidade, o choque final de *Weltanschauungen*, opiniões mundiais entre as quais, por fim, é necessário escolher. Vamos enfrentar resolutamente esse problema, que recentemente voltou a surgir, e na minha opinião de forma muito errada.

Mas primeiro vamos libertar-nos de uma falsificação muito trivial: ou seja a de que a ética pode surgir primeiro num papel moralmente muito comprometido. Vamos examinar exemplos. Raramente constataremos que um homem cujo amor passa de uma mulher para outra não sinta necessidade de legitimar isso para si mesmo, dizendo: ela não era digna do meu amor, ou ela me decepcionou, ou qualquer outra “razão” semelhante que exista. É uma atitude que, com uma profunda falta de cavalheirismo, acrescenta uma suposta “legitimidade” ao simples fato de que ele já não a ama e ela tem de suportar isso. Em virtude dessa “legitimação”, o homem pretende para si um direito e, além de causar-lhe uma infelicidade, coloca-a em erro. O competidor amoroso bem sucedido procede exatamente da mesma forma: ou seja, o adversário deve ser menos digno, pois de outro modo não teria perdido. Não é diferente, decerto, se depois de uma guerra vitoriosa o vencedor, numa atitude farisaica, afirma: “Venci porque estava com a razão”. Ou se alguém, sob o impacto terrível da guerra, sofre um colapso psicológico, sente a necessidade de legitimar seu desgaste perante si mesmo, dizendo: “Eu não podia tolerá-la porque tinha de combater por uma causa moralmente má”. E o mesmo ocorre com os derrotados na guerra. Ao invés de procurarem, como uma mulher velha, o “culpado” depois da guerra — numa situação na qual a estrutura da sociedade provocou a guerra — as pessoas de atitude madura e controlada diriam ao inimigo: “Perdemos a guerra. Vocês a ganharam. Tudo acabou, agora. Vamos discutir que conclusões devem ser fixadas, segundo os interesses *objetivos* que entram em jogo e o que é mais importante tendo em vista a responsabilidade para com o *futuro* que acima de tudo onera o vencedor”. Qualquer outra coisa é indigna e será como um *boomerang*. Uma nação perdoa se seus interesses tiverem sido prejudicados, mas nenhuma nação perdoa se sua honra tiver sido ofendida, especialmente por uma hipocrisia fanática. Cada documento novo que é divulgado, depois de décadas,

revive as lamentações indignas, o ódio e o desprezo, ao invés de permitir que a guerra seja enterrada no seu término, pelo menos moralmente. Isso só é possível através da objetividade e cavalheirismo, e acima de tudo somente através da dignidade. Mas jamais é possível através de uma "ética" que na verdade significa uma falta de dignidade de ambos os lados. Ao invés de se preocupar com o interesse do político, ou seja, com o futuro e a responsabilidade para com ele, essa ética se volta para questões politicamente estéreis de culpas passadas, que não podem ser solucionadas politicamente. Agir dessa forma é politicamente culposos, se tal culpa existe. E ignora a falsificação inevitável da totalidade do problema, através de interesses muito materiais: ou seja, o interesse do vencedor no maior lucro moral e material possível; as esperanças do derrotado de negociar vantagens através de confissões de culpa. Se há alguma coisa "vulgar", então, isso é vulgar, e é o resultado desse modo de explorar a "ética" como meio de "estar com a razão".

E, então, que relações têm realmente a ética e a política? Não haverá qualquer ligação entre as duas, como já se afirmou ocasionalmente? Ou será verdade o oposto: que a ética da conduta política é idêntica com a de qualquer outra conduta? Ocasionalmente, acreditou-se existir uma escolha exclusiva entre as duas proposições: uma delas deve ser a correta. Mas será verdade que qualquer ética do mundo poderia estabelecer mandamentos de conteúdo ideal para as relações eróticas, comerciais, familiares e oficiais; para as relações com nossa mulher, com o verdureiro, o filho, o réu? Será realmente tão pouco importante para as exigências éticas à política que esta opera com meios muito especiais, ou seja, o poder apoiado pela *violência*? Não vemos que os ideólogos bolchevistas e espartacistas provocam exatamente os mesmos resultados de qualquer ditador militarista, exatamente porque usam esse meio político? Em que, a não ser nas pessoas dos detentores do poder e seu diletantismo, difere o domínio dos conselhos de trabalhadores e soldados e o domínio de qualquer detentor do poder no velho regime? De que modo difere a polêmica da maioria dos representantes da ética presumidamente nova da ética dos adversários que criticavam, ou da ética de qualquer outro demagogo? Em sua nobre intenção, poder-se-á dizer. Bem! Mas é dos meios que falamos aqui, e os adversários, com sinceridade completa e subjetiva, pretendem, da mesma forma, que suas intenções últimas são de caráter ele-

vado. "Quem com ferro fere com ferro será ferido", e a luta é a luta em toda parte. Daí a ética do Sermão da Montanha.

No Sermão da Montanha vemos a ética absoluta do evangelho, que é uma questão mais séria do que o acreditam as pessoas que gostam de citar hoje tais mandamentos. Esta ética não é brincadeira. O mesmo que se disse da causalidade na ciência se aplica a ela: não é um carro que podemos parar à vontade; é tudo ou nada. É precisamente esse o significado do evangelho, para que dele não resultem trivialidades. Daí, por exemplo, ter sido dito do jovem rico: "Ele se foi em meio ao sofrimento, pois tinha muitas posses". O mandamento do evangelista, porém, é incondicional e sem ambigüidades: dá o que tens — absolutamente tudo. O político dirá que essa imposição é socialmente sem sentido, enquanto não for realidade em toda parte. Assim, o político defende a tributação, a tributação confiscatória, o confisco puro e simples — numa palavra, a coação e a regulamentação para todos. O mandamento ético, porém, não se preocupa com isso, e essa despreocupação é a sua essência. Ou tomemos o exemplo "volta a outra face": esse mandamento é incondicional e não duvida da fonte da autoridade que tem a outra pessoa para golpear. Exceto para um santo, é uma ética de indignidade. Eis aí: devemos ser santos em tudo; pelo menos na intenção, devemos viver como Jesus, os apóstolos, São Francisco e outros semelhantes. *Então* essa ética terá sentido e expressará um tipo de dignidade; de outra forma, tal não acontece. Já se disse, de acordo com a ética acósmica do amor, "Não resistiu ao mal pela força"; para o político, a proposição inversa é que tem valor: "o mal *deve* ser resistido pela força", ou seremos responsáveis pela sua vitória. Quem desejar seguir a ética do evangelho deve abster-se de golpes, pois eles significam a compulsão; pode ingressar nos sindicatos da companhia. Acima de tudo, não deve falar de "revolução". Afinal de contas, a ética do evangelho não deseja ensinar que a guerra civil é a única legítima. O pacifista que segue o evangelho se recusará a pegar em armas ou as lançará por terra. Na Alemanha, era esse o dever ético recomendado para acabar com a guerra e, portanto, com todas as guerras. O político dirá que a única forma segura de desacreditar a guerra para todo o futuro previsível seria uma paz do *status quo*. As nações teriam indagado, então, "para que esta guerra?" E a guerra teria sido argumentada *ad absurdum*, o que é hoje impossível. Para os vencedores, pelo menos para parte deles, a guerra terá sido politicamente lucrativa. E a responsa-

bilidade disso cabe ao comportamento que nos impossibilitou qualquer resistência. E em consequência da ética do absolutismo, quando o período de exaustão tiver passado, *a paz estará descreditada, não a guerra.*

Vejamos, finalmente, o dever da fidelidade. Para a ética absoluta, trata-se de um valor incondicional. Daí se ter chegado à decisão de publicar todos os documentos, especialmente os que colocavam a culpa em nosso próprio país. À base dessas publicações unilaterais, seguiram-se as confissões de culpa — e foram unilaterais, incondicionais e sem preocupação com as consequências. O político verá que em consequência a verdade não foi esclarecida, e sim certamente obscurecida pelo exagero e pelo despertar das paixões; somente uma investigação metódica completa pelos não-participantes poderia ser proveitosa; qualquer outra medida pode ter consequências, para uma nação, impossíveis de remediar durante décadas. Mas a ética absoluta simplesmente não *pergunta* quais as “consequências”. Esse ponto é decisivo.

Devemos ser claros quanto ao fato de que toda conduta eticamente orientada pode ser guiada por uma de duas máximas fundamentalmente e irreconciliavelmente diferentes: a conduta pode ser orientada para uma “ética das últimas finalidades”, ou para uma “ética da responsabilidade”. Isto não é dizer que uma ética das últimas finalidades seja idêntica à irresponsabilidade, ou que a ética de responsabilidade seja idêntica ao oportunismo sem princípios. Naturalmente ninguém afirma isso. Há, porém, um contraste abismal entre a conduta que segue a máxima de uma ética dos objetivos finais — isto é, em termos religiosos, “o cristão faz o bem e deixa os resultados ao Senhor” — e a conduta que segue a máxima de uma responsabilidade ética, quando então se tem de prestar conta dos resultados previsíveis dos atos cometidos.

Pode-se demonstrar a um sindicalista convicto, partidário da ética dos objetivos finais, que seus atos resultarão num aumento das oportunidades de reação, na maior opressão de sua classe e na obstrução de sua ascensão — sem causar nele a menor impressão. Se uma ação de boa intenção leva a maus resultados, então, aos olhos do agente, não ele, mas o mundo, ou a estupidez dos outros homens, ou a vontade de Deus que assim os fez, é responsável pelo mal. Mas um homem que acredita numa ética da responsabilidade leva em conta precisamente as deficiências médias das pessoas; como Fichte disse corretamente, ele não tem nem mesmo

o direito de pressupor sua bondade e perfeição. Não se sente em condições de onerar terceiros com os resultados de suas próprias ações, na medida em que as pôde prever. Dirá: esses resultados são atribuídos à minha ação. Quem acredita numa ética de objetivos finais só se sente responsável por fazer que a chama das intenções puras não seja sufocada: por exemplo, a chama do protesto contra a injustiça da ordem social. Reanimá-la sempre é o propósito de seus atos bastante irracionais, julgados à luz de seu possível êxito. São atos que só podem ter, e só terão, valor exemplar.

Mesmo nesse caso o problema ainda não está esgotado. Nenhuma ética do mundo pode fugir ao fato de que em numerosos casos a consecução de fins “bons” está limitada ao fato de que devemos estar dispostos a pagar o preço de usar meios moralmente dúbios, ou pelo menos perigosos — e enfrentar a possibilidade, ou mesmo a probabilidade, de ramificações daninhas. Nenhuma ética no mundo nos proporciona uma base para concluir quando, e em que proporções, a finalidade eticamente boa “justifica” os meios eticamente perigosos e suas ramificações.

O meio decisivo para a política é a violência. Podemos ver as proporções da tensão entre meios e fins, quando considerados eticamente, pelo seguinte: como geralmente se sabe, mesmo durante a guerra os socialistas revolucionários (facção Zimmerwald) professava um princípio que poderíamos formular contundentemente: “Se enfrentarmos a escolha entre mais alguns anos de guerra e em seguida a revolução, e a paz agora sem revolução, preferimos mais alguns anos de guerra!” E à pergunta: “O que pode trazer essa revolução?”, todo socialista dotado de conhecimentos científicos responderia: não podemos falar de uma transição para uma economia que, em nosso sentido, fosse chamada de socialista; ressurgirá uma economia burguesa, apenas sem os elementos feudais e os vestígios dinásticos. Para esse resultado tão modesto, eles estão dispostos a enfrentar “mais alguns anos de guerra”. Bem poderíamos dizer que mesmo com uma convicção socialista muito robusta rejeitaríamos uma finalidade que exige tais meios. Com o bolchevismo e o espartacismo e, em geral, com qualquer tipo de socialismo revolucionário, é precisamente o mesmo. É, decerto, de um ridículo total denunciar moralmente os políticos do poder, do regime antigo, por mais justa que possa ser a rejeição de seus *objetivos.*

A ética dos fins últimos evidentemente se desfaz na questão da justificação dos meios pelos fins. Na realidade, logicamente ela tem apenas a possibilidade de rejeitar toda a ação que emprega meios moralmente perigosos — em teoria! No mundo da realidade, em geral, encontramos a experiência sempre renovada de que o partidário de uma ética de fins últimos subitamente se transforma num profeta quiliasta. Por exemplo, os que recentemente pregaram o “amor contra a violência” pedem agora o uso da força para o *último* ato de violência, que levaria, então, a um estado de coisas no qual *toda* a violência é eliminada. Da mesma forma, nossos oficiais diziam aos soldados antes de qualquer ofensiva: “Esta será a última: ela nos trará a vitória e com isso a paz”. O proponente de uma ética de fins absolutos não pode resistir sob a irracionalidade ética do mundo. É um “racionalista” cósmico-ético. Os que conhecem Dostoievski lembrarão a cena do “Grande Inquisidor”, onde o problema é exposto de modo pungente. Se fizermos qualquer concessão ao princípio de que os fins justificam os meios, não será possível aproximar uma ética dos fins últimos e uma ética da responsabilidade, ou decretar eticamente que fim deve justificar que meios.

Meu colega, F. W. Förster, por quem tenho pessoalmente elevada estima, pela sua indubitável sinceridade, mas a quem rejeito sem reservas como político, acredita ser possível contornar essa dificuldade com a simples tese: “do bem só vem o bem; mas do mal só vem o mal”. Nesse caso, todo esse complexo de questões não existiria. Mas é espantoso que essa tese surja à luz 2.500 anos depois dos Upanichades. Não só a totalidade do curso da história mundial, mas qualquer exame franco da experiência cotidiana nos leva ao oposto. O desenvolvimento das religiões em todo o mundo é determinado pelo fato de ocorrer o inverso. O velho problema da teodicéia consiste na questão mesma de como pode um poder, considerado como onipotente e bom, ter criado um mundo irracional, de sofrimento imerecido, de injustiças impunes, de estupidez sem esperança. Ou esse poder não é onipotente, nem bom, ou, então, princípios de compensação e recompensa totalmente diversos governam nossa vida — princípios que podemos interpretar metafisicamente, ou mesmo princípios que escapam para sempre à nossa compreensão.

Esse problema — a experiência da irracionalidade no mundo — tem sido a força propulsora de toda evolução religiosa. A doutrina indiana do carma, o dualismo persa, a doutrina do

pecado original, a predestinação e o *deus absconditus*, tudo isso nasceu de nossa experiência. Também os primeiros cristãos sabiam muito bem que o mundo é governado pelos demônios e quem se dedica à política, ou seja, ao poder e força como um meio, faz um contrato com as potências diabólicas, e pela sua ação se sabe que não é certo que o bem só pode vir do bem e o mal só pode vir do mal, mas que com freqüência ocorre o inverso. Quem deixar de perceber isso é, na realidade, um ingênuo em política.

Estamos colocados em várias esferas da vida, cada qual governada por leis diferentes. A ética religiosa explicou esse fato de modos diferentes. O politeísmo helênico fez sacrifícios a Afrodite e Hera igualmente, a Dioniso e Apolo, e sabia que êsses deuses freqüentemente estavam em conflito entre si. A ordem de vida hindu fez de cada uma das diferentes ocupações objeto de um código ético específico, o Darma, segregando para sempre umas das outras como castas, colocando-as assim numa hierarquia fixa de ordem. Para o homem nascido nela, não havia como fugir a isso, a menos que voltasse a nascer em outra vida. As ocupações eram, assim, colocadas a distâncias variadas dos mais altos bens religiosos de salvação. Dessa forma, a ordem de casta permitia a possibilidade de estabelecer o Darma de cada casta, desde os ascetas e brâmanes até os canalhas e prostitutas, de acordo com as leis imanentes e autônomas de suas respectivas ocupações. A guerra e a política estavam também incluídas. A guerra está integrada na totalidade das esferas da vida, no *Bhagavad-Gita*, na conversação entre Krishna e Arjuna. “Faz o que deve ser feito”, isto é, o trabalho que, segundo o Darma da casta do guerreiro e suas regras, é obrigatório e que, segundo o propósito da guerra, é objetivamente necessário. O hinduísmo acredita que tal conduta não prejudica a salvação religiosa, mas, antes, a promove. Quando tinha morte de herói, o guerreiro indiano ia certamente para o céu de Indra, tal como o guerreiro teutônico ia para o Valhalla. O herói indiano teria desprezado o Nirvana tanto quanto o teutônico teria zombado do paraíso cristão, com seus coros angelicais. Esta especialização da ética permitia à ética indiana um tratamento da política igual ao das outras esferas, seguindo as leis próprias da política e até mesmo fomentando essa arte real.

Um “maquiavelismo” realmente radical, no sentido popular daquela palavra, está representado classicamente na literatura indiana, no *Kautaliya Arthasastra* (muito anterior a Cristo, supos-

tamente da época de Chandragupta). Em contraste com esse documento, o *Príncipe* de Maquiavel é inofensivo. Como a ética católica o sabe — da qual o Professor Förster se aproxima nos demais aspectos — os *consilia evangelica* são uma ética especial para os dotados do carisma de uma vida santa. Entre eles está o monge que não deve verter sangue nem buscar lucros, e ao seu lado o cavaleiro de fé e o burguês, que têm permissão para fazer as duas coisas — o primeiro verter sangue, o segundo buscar o lucro. A graduação da ética e sua integração orgânica na doutrina da salvação é menos coerente do que na Índia. Segundo as pressuposições da fé cristã, o caso podia e tinha de ser esse. A maldade do mundo, provocada pelo pecado original, permitia com relativa facilidade a integração da violência na ética como um meio de disciplina contra o pecado e os hereges que colocavam em perigo a alma. As exigências do Sermão da Montanha, porém, uma ética acósmica de fins últimos, deixavam implícito um direito natural de imperativos absolutos baseado na religião. Esses imperativos absolutos conservaram a sua força revolucionante e entraram em cena com um vigor elementar durante quase todos os períodos de transformação social. Produziram especialmente as seitas pacifistas radicais, uma das quais na Pensilvânia tentou pôr em prática uma política que renunciava à violência para com terceiros. Tal experiência teve um destino trágico, pois com a deflagração da Guerra da Independência os quacres não puderam levantar-se de armas na mão pelos seus ideais, que eram os mesmos da guerra.

Normalmente, o protestantismo, porém, legitimou de forma absoluta o Estado como instituição divina e daí a violência como meio. O protestantismo legitimou especialmente o Estado autoritário. Lutero isentou o indivíduo da responsabilidade ética pela guerra e transferiu-a para as autoridades. Obedecer às autoridades em assuntos fora da fé jamais poderia constituir culpa. O calvinismo, por sua vez, conhecia a violência em defesa de um princípio como um meio de defender a fé; assim, conhecia a cruzada, que foi para o Islã um elemento de vida, desde o início. Vê-se que não é, de forma alguma, uma descrença moderna, oriunda do culto do herói da Renascença, que suscita o problema da ética política. Todas as religiões se ocuparam dele, com diferente êxito, e depois do que dissemos não poderia ser de outro modo. É o meio específico de legitimar a violência como tal, na mão das associações humanas, que determina a peculiaridade de todos os problemas éticos da política.

Quem contrata meios violentos para qualquer fim — e todo político o faz — fica exposto às suas conseqüências específicas. Isso é especialmente válido para o cruzado, religioso e revolucionário igualmente. Tomemos confiantemente o presente como exemplo. Quem deseja estabelecer a justiça absoluta na Terra, pela força, necessita de adeptos, de uma “máquina” humana. Deve proporcionar os prêmios necessários, internos e externos, a recompensa celestial ou material, a essa “máquina”, ou ela não funcionará. Nas condições da moderna luta de classe, os prêmios internos consistem na satisfação do ódio e do anseio de vingança; acima de tudo, o ressentimento e a necessidade de um farisaísmo pseudo-ético: os adversários devem ser caluniados e acusados de heresia. As recompensas externas são a aventura, vitória, pilhagem, poder e despojos. O líder e seu êxito dependem completamente do funcionamento de sua máquina e, portanto, não de seus próprios motivos. Assim, ele também depende de ser ou não o prêmio *permanentemente* concedido aos seguidores, ou seja, aos Guardas Vermelhos, aos delatores, agitadores, dos quais o líder necessita. O que ele realmente alcança nas condições de seu trabalho não está, portanto, em suas mãos, sendo-lhe porém prescrito pelos motivos de seus seguidores que, se vistos eticamente, são predominantemente mesquinhos. Os seguidores só podem ser controlados enquanto uma fé honesta na pessoa do líder e sua causa inspirar pelo menos parte deles, provavelmente jamais na terra a maioria. Essa crença, mesmo quando subjetivamente sincera, realmente não é, em grande número de casos, mais do que uma “legitimação” ética de anseios de vingança, poder, pilhagem e espólios. Não nos enganaremos com essa verbosidade: a interpretação materialista da história não é um carro que se possa tomar à vontade; não pára antes dos promotores de revoluções. O revolucionismo emocional é seguido pela rotina tradicionalista da vida cotidiana; o líder cruzado e a própria fé desaparecem ou, o que é ainda mais verdadeiro, a fé se torna parte da fraseologia convencional dos filisteus políticos e dos técnicos banáusicos. Essa situação é especialmente rápida nas lutas de fé, porque elas são habitualmente levadas ou inspiradas por líderes autênticos, isto é, profetas da revolução. Nesse caso, tal como ocorre com a máquina de todo líder, uma das condições para o êxito é a despersonalização e rotinização, em suma, a proletarização psíquica, no interesse da disciplina. Depois de ascenderem ao poder, os seguidores de um cruzado habitualmente degeneram muito facilmente numa camada comum de saqueadores.

Quem deseja dedicar-se à política, e especialmente à política como vocação, tem de compreender êsses paradoxos éticos. Deve saber que é responsável pelo que vier a ser sob o impacto de tais paradoxos. Repito: tal pessoa se coloca à mercê de forças diabólicas envoltas na violência. Os grandes *virtuosi* do amor acósmico da humanidade e bondade, sejam de Nazaré ou Assis, ou dos castelos reais da Índia, não operaram com os meios políticos da violência. Seu reino “não era dêste mundo”, e não obstante êles trabalharam e ainda trabalham neste mundo. As figuras de Platon Karatajev e os santos de Dostoievski ainda continuam as suas reconstruções mais adequadas. Quem busca a salvação da alma, sua e dos outros, não deve buscá-la no caminho da política, pois as tarefas totalmente diferentes da política só podem ser resolvidas pela violência. O gênio ou demônio da política vive numa tensão interna com o deus do amor, e com o Deus Cristão expresso pela Igreja. Essa tensão pode, a qualquer momento, levar a um conflito inconciliável. Os homens sabiam disso mesmo nas épocas do domínio da igreja. Várias vezes o interdito papal foi colocado sobre Florença, e na época isso representa uma força muito mais poderosa para os homens e a salvação de sua alma do que (para falarmos com Fichte) a “fria aprovação” do juízo ético kantiano. Os burgueses, porém, combateram o Estado clerical. E é com relação a essas situações que Maquiavel, num belo trecho da *História de Florença*, se não me engano, faz que um de seus heróis elogie os cidadãos que colocaram a grandeza de sua cidade natal acima da salvação de suas almas.

Se dissermos “futuro do socialismo”, ou “paz internacional”, ao invés de cidade natal ou “pátria” (que no momento pode ser um valor duvidoso para alguns), teremos então o problema tal como se apresenta agora. Tudo aquilo pelo que se luta através da ação política operando com meios violentos e seguindo uma ética da responsabilidade põe em risco a “salvação da alma”. Se, porém, buscarmos o bem final numa guerra de crenças, seguindo uma ética pura dos fins absolutos, então as metas podem ser prejudicadas e desacreditadas durante gerações, pois falta a responsabilidade pelas *conseqüências*, e suas forças diabólicas que entram em jôgo continuam desconhecidas do ator. São inexoráveis e produzem conseqüências para sua ação e mesmo para seu eu interior, a que se deve sujeitar indefeso, a menos que as perceba. A frase: “O diabo é velho; envelheça para compreendê-lo!” não se refere à idade em termos de anos cronológicos. Jamais me

permiti mencionar numa discussão uma referência a uma data num certificado de nascimento; mas o simples fato de que alguém tem 20 anos de idade e eu tenha mais de 50 não me deve fazer pensar que isto constitui uma realização, em si, perante a qual me deva atemorizar. A idade não é decisiva; o que é decisivo é a inflexibilidade em ver as realidades da vida, e a capacidade de enfrentar essas realidades e corresponder a elas interiormente.

A política é feita, sem dúvida, com a cabeça, mas certamente não é feita apenas com a cabeça. Nisso, os proponentes de uma ética de fins últimos estão certos. Não podemos prescrever a ninguém que deva seguir uma ética de fins absolutos ou uma ética de responsabilidade, ou quando uma e quando a outra. Só podemos dizer o seguinte: se nas épocas que, na opinião da pessoa em questão, não são épocas de excitação “estéril” — a excitação não é, afinal, a paixão autêntica — se então súbitamente políticos da *Weltanschauung* surgem em massa e transmitem a palavra de ordem, “O mundo é estúpido e mesquinho, eu não”, “a responsabilidade pelas conseqüências não recai sobre mim, mas sobre os outros a que sirvo e cuja estupidez ou mesquinaria devo eliminar”, então declaro francamente que indagara primeiro o grau de certeza íntima que apóia essa ética de fins últimos. Tenho a impressão de que em nove em cada dez casos trata-se de oradores verbosos que não compreendem plenamente o que estão chamando a si, mas que se embriagam com sensações românticas. Do ponto de vista humano, isto não me é muito interessante, nem me comove profundamente. Mas é profundamente comovente quando um homem *maduro* — não importa se velho ou jovem em anos — tem consciência de uma responsabilidade pelas conseqüências de sua conduta e realmente sente essa responsabilidade no coração e na alma. Age, então, segundo uma ética de responsabilidade e num determinado momento chega ao ponto em que diz: “Eis-me aqui; não posso fazer de outro modo”. Isso é algo genuinamente humano e comovente. E todos nós que não estamos espiritualmente mortos devemos compreender a possibilidade de encontrar-nos, num determinado momento, nessa posição. Na medida em que isso é válido, uma ética de fins últimos e uma ética de responsabilidade não são contrastes absolutos, mas antes suplementos, que só em unísono constituem um homem genuíno — um homem que *pode* ter a “vocação para a política”.

E, agora, senhoras e senhores, voltemos a debater essa questão novamente dentro de dez anos, a contar de agora. Infeliz-

mente, por toda uma série de razões, temo que então o período de reação tenha há muito desabado sobre nós. É muito provável que pouco do que muitos dos senhores, e (confesso cândidamente) eu também, desejamos e esperamos se tenha realizado; pouco — talvez não exatamente nada, mas aquilo que pelo menos para nós parece pouco. Isto não me esmagará, mas sem dúvida é um peso íntimo compreender tal fato. Eu gostaria de poder ver, então, o que foi feito daqueles que, entre os presentes, se consideram como políticos realmente “de princípios”, e que partilham da embriaguez representada por esta revolução. Seria bom que as coisas viessem a ser de tal modo que o Soneto 102 de Shakespeare fosse verdade:

*Our love was new, and then but in the spring,  
When I was wont to greet it with my lays;  
As Philomel in summer's front doth sing,  
And stops her pipe in growth of riper days.\**

Mas não é esse o caso. Não o florescer do verão está à nossa frente, mas antes uma noite polar, de escuridão gelada e dureza, não importa que grupo possa triunfar externamente agora. Onde não há nada, não só o Kaiser mas também o proletário perdeu seus direitos. Quando esta noite se tiver afastado lentamente, quem estará vivo entre aqueles para os quais a primavera aparentemente floresceu tão abundantemente? E o que terá sido de todos vós, então? Sereis amargos ou banáusicos? Aceitareis simples e devidamente o mundo e a ocupação? Ou a terceira e não menos freqüente possibilidade será o vosso destino: a fuga mística da realidade, para os que não eram dotados para ela ou — como é freqüente e desagradável — para os que se empenham em seguir essa moda? Em qualquer desses casos, cheguei à conclusão de que essas pessoas não corresponderam aos seus próprios feitos. Não corresponderam ao mundo como realmente é em sua rotina cotidiana. Objetiva e realmente, não experimentaram a vocação para a política em seu sentido mais profundo, que julgavam ter. Teriam feito melhor em simplesmente cultivar uma fraternidade comum nas suas relações pes-

soais. E quanto ao resto — deveriam ter-se empenhado sobriamente em suas tarefas cotidianas.

A política é como a perfuração lenta de tábuas duras. Exige tanto paixão como perspectiva. Certamente, toda experiência histórica confirma a verdade — que o homem não teria alcançado o possível se repetidas vezes não tivesse tentado o impossível. Mas, para isso, o homem deve ser um líder, e não apenas um líder, mas também um herói, num sentido muito sóbrio da palavra. E mesmo os que não são líderes nem heróis devem armar-se com a fortaleza de coração que pode enfrentar até mesmo o desmoronar de todas as esperanças. Isso é necessário neste momento mesmo, ou os homens não poderão alcançar nem mesmo aquilo que é possível hoje. Somente quem tem a vocação da política terá certeza de não desmoronar quando o mundo, do seu ponto de vista, for demasiado estúpido ou demasiado mesquinho para o que ele lhe deseja oferecer. Somente quem, frente a tudo isso, pode dizer “Apesar de tudo!” tem a vocação para a política.

\* Nosso amor era novo e então apenas na primavera, Quando eu estava acostumado a saudá-lo com meus versos; Como Filomela canta no começo do verão, E dedilha sua flauta enquanto crescem dias mais plenos.

## V. A Ciência como Vocação

**P**EDIRAM-ME QUE falasse sobre “A Ciência como Vocação”. Ora, nós, os economistas, temos um hábito pedante, que eu gostaria de seguir, de sempre começar com as condições externas. Neste caso, começamos com a pergunta: Quais são as condições da ciência como vocação no sentido material da expressão? Hoje esta questão significa, prática e essencialmente: Quais as perspectivas para o estudante formado que resolve dedicar-se profissionalmente à ciência na vida universitária? Para compreender a peculiaridade das condições alemãs, é conveniente proceder através de comparações e compreendermos as condições no exterior. Sob esse aspecto, os Estados Unidos contrastam mais acentuadamente com a Alemanha, e por isso vamos focalizar nossa atenção naquele país.

Todos sabem que na Alemanha a carreira do jovem que se dedica à ciência começa normalmente com o posto de *Privatdozent*. Depois de ter entrado em contato com os respectivos especialistas e deles recebido o assentimento, ele começa a lecionar como residente, à base de um livro que tenha escrito e, habitualmente, depois de um exame bastante formal perante o corpo docente da universidade. Em seguida, profere um curso de preleções sem receber qualquer salário além das taxas pagas pelos alunos que se inscreverem. Cabe-lhe determinar, dentro de sua *venia legendi*, os tópicos sobre os quais falará.

Nos Estados Unidos a carreira acadêmica começa quase sempre de forma totalmente diferente, ou seja, pelo cargo de “assistente”. Assemelha-se êsse processo ao que ocorre nas gran-

des instituições de Ciências Naturais e Faculdades de Medicina na Alemanha, onde habitualmente apenas uma fração dos assistentes procura habilitar-se como *Privatdozent*, e assim mesmo quase sempre no fim de sua carreira.

Praticamente, esse contraste significa que a carreira do acadêmico na Alemanha baseia-se, em geral, em exigências plutocráticas, pois é extremamente arriscado para um jovem professor sem recursos expor-se às condições da carreira acadêmica. Ele terá de suportar tal situação pelo menos alguns anos, sem saber se terá oportunidade de elevar-se a uma posição que encerre uma remuneração suficiente para a sua manutenção.

Nos Estados Unidos, onde existe o sistema burocrático, o jovem acadêmico é remunerado desde o início. Na verdade, seu salário é modesto; habitualmente, equivale ao salário de um trabalhador semi-especializado. Não obstante, ele começa com uma posição aparentemente segura, pois tem um salário fixo. Em geral, porém, pode ser dispensado tal como ocorre com os assistentes alemães, e com freqüência lhe é necessário enfrentar tal situação quando não corresponde às expectativas.

Essas expectativas obrigam o jovem professor na América a atrair um grande número de alunos. Isso não acontece ao docente alemão: uma vez contratado, é impossível mandá-lo embora. Na verdade, ele não tem propriamente direitos, mas a consciência tácita de que, depois de anos de trabalho, tem uma espécie de direito moral a alguma consideração. Também espera — e isso é com freqüência muito importante — que pensem nele quando surge a questão da possível habilitação de outros *Privatdozenten*.

É um dilema constrangedor saber se, em princípio, devemos “habilitar” qualquer jovem professor que tenha prestado as provas de sua capacidade, ou se devemos considerar as “necessidades do ensino”, e portanto dar aos *Dozenten* em exercício o monopólio do ensino? Este problema está associado ao aspecto duplo da vocação universitária que iremos discutir agora. Em geral, decide-se em favor da segunda possibilidade. Isto, porém, aumenta o perigo de que o respectivo professor, por mais consciencioso que seja, prefira os seus próprios discípulos. Se me permitem falar de minha atitude pessoal, devo dizer que segui o princípio de que um professor promovido por mim deve legítimar e habilitar-se com *alguma outra pessoa* em outra universidade. Mas o resultado foi que um dos meus melhores alunos

“Wissenschaft als Beruf”, *Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre* (Tübingen, 1922), pp. 524-55. Originalmente um discurso pronunciado na Universidade de Munique, em 1918, publicado em 1919 por Duncker & Humblodt, Munique.



foi recusado em outra universidade porque ninguém, ali, *acreditou* ser essa a razão.

Outra diferença entre a Alemanha e os Estados Unidos é que na Alemanha o *Privatdozent* geralmente ministra menor número de cursos do que deseja. Segundo seu direito formal, pode dar qualquer curso no seu campo. Mas fazer isso seria considerado como uma falta de consideração para com os docentes mais velhos. Em geral, o professor catedrático ministra os "grandes" cursos e o docente se limita aos secundários. A vantagem dessa disposição está em que durante sua juventude o professor acadêmico tem liberdade de dedicar-se a trabalhos científicos, embora esta restrição da oportunidade de lecionar seja um tanto involuntária.

Na América, a situação é, em princípio, diferente. Precisamente durante os primeiros anos de sua carreira, o assistente se vê sobrecarregado exatamente porque é remunerado. Num departamento de alemão, por exemplo, o professor catedrático ministrará um curso de três horas sobre Goethe, e isso basta, ao passo que o jovem assistente se sente satisfeito se, além do exercício de língua alemã, suas 12 horas semanais de aula incluírem matérias como, por exemplo, Uhland. As autoridades fixam o currículo e, sob esse aspecto, o assistente é tão dependente quanto o assistente de um instituto na Alemanha.

Ultimamente, podemos observar distintamente que as universidades alemãs nos amplos campos da ciência evoluem na direção do sistema americano. Os grandes institutos de Medicina ou Ciências Naturais são empresas "capitalistas estatais", que não podem ser administradas sem consideráveis recursos. Vamos encontrar, no caso, a mesma situação predominante sempre que a empresa capitalista entre em cena: a "separação entre o trabalhador e o seu meio de produção". O trabalhador, ou seja, o assistente, depende dos implementos que o Estado coloca à sua disposição; portanto, é tão dependente do chefe do instituto quanto o empregado de uma fábrica depende da direção. Pois o diretor acredita, subjetivamente e de boa-fé, que o instituto é "seu", e que ele lhe administra os assuntos. Assim, a posição do assistente é, com freqüência, tão precária quanto a de qualquer existência "quase-proletária" e tão precária quanto a posição do assistente na universidade americana.

Sob aspectos muito importantes, a vida universitária alemã está sendo americanizada, como ocorre com a vida alemã em geral. Esse processo, estou convencido, abrangerá as disciplinas

nas quais o artesão é pessoalmente dono das ferramentas, essencialmente a biblioteca, como ainda ocorre, em grandes proporções, no meu próprio campo. Esse processo corresponde exatamente ao que aconteceu ao artesão no passado, e a situação continua em plena evolução hoje.

Como acontece em todas as empresas capitalistas e ao mesmo tempo burocratizadas, há vantagens indubitáveis em tudo isso. Mas o "espírito" que predomina sobre tais questões é diferente da atmosfera histórica da universidade alemã. Existe uma distância extraordinária, externa e internamente, entre o chefe dessas grandes empresas capitalistas e universitárias e o professor catedrático ao estilo antigo. Esse contraste também é válido para a atitude íntima, questão de que não me ocuparei aqui. Interna e externamente, a velha constituição da universidade tornou-se uma ficção. O que restou e o que aumentou essencialmente é um fator peculiar à carreira universitária: a questão de se tal *Privatdozent*, e ainda mais um assistente, conseguirá ou não elevar-se à categoria de professor catedrático ou tornar-se mesmo o chefe de um instituto. Isto constitui simplesmente um acaso. É claro que não depende apenas do acaso, mas sua influência é habitualmente grande. Não conheço nenhuma outra carreira em que ele tenha tal papel. Posso dizê-lo ainda mais porque eu, pessoalmente, devo a simples acidentes o fato de ter sido nomeado, ainda muito jovem, professor catedrático de uma disciplina na qual os homens de minha geração sem dúvida haviam realizado mais do que eu. E acredito, realmente, à base dessa experiência, que vejo com muita clareza o destino imerecido dos muitos aos quais a sorte lançou em direção oposta e que, dentro desse aparato seletivo, apesar de toda a sua capacidade, não alcançam as posições que lhes são devidas.

O fato de que o acaso, e não a capacidade, tenha um papel tão importante não se deve apenas, e nem mesmo predominantemente, aos fatores "humanos, demasiado humanos", que naturalmente ocorrem no processo de seleção acadêmica, como em qualquer outra seleção. Seria injusto considerar a inferioridade pessoal dos membros do corpo docente ou dos ministros da educação responsável pelo fato de que tantas mediocridades sem dúvida tenham um papel destacado nas universidades. O domínio da mediocridade deve-se, antes, às leis da cooperação humana dos vários corpos, e, nesse caso, a cooperação das faculdades que recomendam e dos Ministros da Educação.

Um paralelo encontra-se nas eleições dos papas que podem ser acompanhadas através de muitos séculos e que constituem os exemplos controláveis mais importantes de uma seleção da mesma natureza que a seleção acadêmica. O cardeal considerado como o "favorito" só muito raramente consegue vencer. A praxe é que o cardeal número dois ou número três vença. O mesmo ocorre na Presidência dos Estados Unidos. Só excepcionalmente o homem de primeira categoria e de mais destaque consegue ser indicado pela convenção. É mais freqüente que o número dois, e por vezes o número três, sejam indicados e disputem mais tarde a eleição. Os americanos já cunharam termos técnicos sociológicos para essas categorias, e seria interessante examinar as leis de seleção de uma vontade coletiva através do estudo desses exemplos, mas não o faremos aqui. Não obstante, tais leis são válidas também para os órgãos colegiados das universidades alemãs, e não nos devemos surpreender com os erros freqüentemente cometidos por eles, mas pelo número de nomeações *acertadas*, cuja proporção é, apesar de tudo, muito considerável. Somente quando os parlamentos, como ocorre em certos países, ou os monarcas, como aconteceu na Alemanha até agora (ambos trabalham no mesmo sentido), ou os detentores revolucionários do poder, como é o caso da Alemanha de hoje, intervêm por motivos políticos nas seleções acadêmicas, podemos ter certeza de que as mediocridades cômodas terão as oportunidades exclusivamente para si.

Nenhum professor universitário gosta que lhe recordem as discussões sobre nomeações, pois raramente são agradáveis. Não obstante, posso dizer que nos numerosos casos de meu conhecimento houve, sem exceção, a boa vontade de permitir que as razões puramente objetivas fossem decisivas.

Devemos deixar clara uma coisa: que a decisão sobre os destinos acadêmicos seja, em proporção tão grande, um "acaso" não se deve apenas à insuficiência da seleção pela formação coletiva da vontade. Todo jovem que se sente atraído pela erudição deve compreender claramente que a tarefa à sua frente tem um aspecto duplo. Deve ter qualidades não só como erudito, mas também como professor. E os dois aspectos não coincidem. Pode-se ser um intelectual de destaque e ao mesmo tempo um professor abominavelmente ruim. Devo lembrar-vos o ensino de homens como Helmholtz ou Ranke; e eles não são exceções raras.

A situação, porém, é tal que as universidades alemãs, especialmente as pequenas universidades, estão empenhadas numa competição ridícula em busca de alunos. Os hoteleiros das cidades universitárias celebram a chegada do milésimo estudante com uma festa e gostariam de comemorar a chegada do número 2.000 com uma passeata de tochas. O interesse pelas anuidades — devemos declará-lo francamente — é afetado pelas nomeações nos campos que "atraem alunos". E, à parte isso, o número de alunos matriculados é uma prova de qualificação, que pode ser vista em termos de números, ao passo que a qualificação pela competência universitária é imponderável. Esta, o que é muito natural, é freqüentemente contestável, precisamente aos inovadores audaciosos. Quase todos são, assim, afetados pela obsessão com as vantagens imensuráveis que isso importa da grande freqüência de alunos. Dizer de um docente que é mau professor é, habitualmente, pronunciar uma sentença de morte acadêmica, mesmo que ele seja o mais destacado erudito do mundo. E a questão de ser ele um bom professor ou não é determinada pelo número de alunos que condescendem em freqüentar-lhe o curso.

A afluência ou não de alunos a um curso é determinada em grande parte — parte maior do que se acreditaria ser possível — por elementos exclusivamente externos: temperamento e mesmo a inflexão de voz do professor. Depois de uma boa experiência e sóbria reflexão, tenho profunda desconfiança dos cursos que atraem multidões, por mais inevitáveis que sejam. A democracia só deve ser usada quando for adequada. O preparo científico, e tal como devemos praticá-lo de acordo com a tradição das universidades alemãs, é assunto de uma aristocracia intelectual, e não devemos ocultar a nós mesmos tal fato. Na verdade, é certo que apresentar os problemas científicos de modo que uma mente não-instruída, mas receptiva, os possa compreender e — o que para nós é decisivo — possa vir a refletir sobre eles de forma independente, talvez seja a tarefa pedagógica mais difícil de todas. Mas se essa tarefa é ou não realizada não será o número de alunos que o demonstrará. E — voltando ao nosso tema — essa arte mesma é um dom pessoal e de modo algum coincide com as qualificações científicas do universitário.

Em contraste com a França, a Alemanha não tem uma academia de "imortais" da ciência. Segundo as tradições alemãs, as universidades fazem justiça às exigências tanto da pesquisa

quanto do ensino. Se as duas habilidades se conjugam num homem, é uma questão puramente ocasional. Daí ser a vida acadêmica um acaso louco. Se o jovem estudioso pede meu conselho sobre a habilitação, é difícil arcar com a responsabilidade de encorajá-lo. Se ele for judeu, então, diremos *lasciate ogni speranza*. Mas devemos perguntar aos demais: você acredita, em sua consciência, que pode ver mediocridade atrás de mediocridade, ano após ano, passar à sua frente, sem se amargar e sem sofrer? Naturalmente, recebemos sempre a resposta: "É claro, vivo apenas para a minha vocação". Não obstante, comprovei que poucos homens podem suportar essa situação sem ressentimento.

Julguei necessário dizer tudo isso sobre as condições externas da vocação do homem universitário. Mas acredito que na realidade desejais ouvir algo diverso, ou seja, a vocação *íntima* para a ciência. Em nossa época, a situação interna, em contraste com a organização da ciência como vocação, é em primeiro lugar condicionada pelos fatos de que a ciência entrou numa fase de especialização antes desconhecida e que isto continuará. Não só externamente, mas também interiormente, a questão está num ponto em que o indivíduo só pode adquirir a consciência certa de realizar algo verdadeiramente perfeito no caso de ser um especialista rigoroso.

Todo o trabalho que se estende pelos campos correlatos, que ocasionalmente empreendemos e que os sociólogos devem, necessariamente, realizar repetidamente, é onerado pela compreensão resignada de que, na melhor das hipóteses, proporcionamos ao especialista questões úteis, às quais não chegaria de seu próprio ponto de vista especializado. Nosso próprio trabalho deve, inevitavelmente, continuar altamente imperfeito. Somente pela especialização rigorosa pode o trabalhador científico adquirir plena consciência, de uma vez por todas, e talvez não tenha outra oportunidade em sua vida, de ter realizado alguma coisa duradoura. Uma realização verdadeiramente definitiva e boa é, hoje, sempre uma realização especializada. E quem não tiver a capacidade de colocar antolhos, por assim dizer, e chegar à idéia de que a sorte de sua alma depende de fazer ou não a conjectura correta, neste trecho deste manuscrito, bem pode manter-se longe da ciência. Jamais terá o que podemos chamar de "experiência pessoal" da ciência. Sem essa estranha embriaguez, ridicularizada por todos os que vivem fora do ambiente; sem esta paixão,

esta afirmação de que "milhares de anos devem passar antes que ingressem na vida e milhares mais esperam em silêncio" — segundo se tenha ou não êxito em fazer essa conjectura; sem isso, não haverá vocação para a ciência e seria melhor que vos dedicásseis a qualquer outra coisa. Pois nada é digno do homem como homem, a menos que ele possa empenhar-se na sua realização com dedicação apaixonada.

É fato, porém, que nenhum volume desse entusiasmo, por mais sincero e profundo, pode forçar um problema a produzir resultados científicos. Certamente o entusiasmo é um pré-requisito da "inspiração", que é decisiva. Hoje em dia, em círculos de jovens, há uma noção generalizada de que a ciência se tornou um problema de cálculo, elaborado nos laboratórios ou sistemas de fichários estatísticos, tal como "numa fábrica", cálculo que envolve apenas o intelecto frio e não o "coração e a alma". Em primeiro lugar, devemos dizer que a esses comentários falta toda clareza sobre o que acontece numa fábrica ou num laboratório. Em ambos, é necessário que ocorra alguma idéia a alguém, e deve ser uma idéia correta, para realizarmos qualquer coisa digna. E essa intuição não pode ser forçada. Nada tem a ver com qualquer cálculo frio. Sem dúvida o cálculo é também um pré-requisito indispensável. Nenhum sociólogo, por exemplo, pode considerar-se demasiado bom, mesmo na maturidade, para fazer dezenas de milhares de contas triviais na cabeça e talvez durante meses de cada vez. Não podemos, com impunidade, tentar transferir essa tarefa exclusivamente para os auxiliares mecânicos, se desejarmos configurar algo, embora o resultado final seja, com freqüência, realmente pequeno. Mas se nenhuma "idéia" ocorre à mente sobre a direção dos cálculos e, durante estes, sobre a influência dos resultados obtidos, então não ocorrerá nem mesmo esse pequeno resultado.

Normalmente, essa "idéia" só é preparada no solo do trabalho árduo, mas sem dúvida isso nem sempre ocorre. Cientificamente, a idéia de um diletante pode ter a mesma influência, ou ainda maior, para a ciência que a idéia de um especialista. Muitas de nossas melhores hipóteses e visões são devidas, precisamente, a diletantes. O diletante difere do perito, como Helmholtz disse de Robert Mayer, apenas porque lhe falta um processo de trabalho firme e digno de confiança. Conseqüentemente, ele habitualmente não está em posição de controlar, estimar ou explorar a idéia em seus aspectos fundamentais. Esta não é uma sucedâneo do trabalho, e o trabalho, por sua vez,

não pode substituir a idéia, nem criá-la, tal como também não o pode o entusiasmo. Entusiasmo e trabalho, e acima de tudo ambos *em conjunto*, é que criam a idéia.

As idéias nos chegam quando lhes apraz, e não quando queremos. As melhores idéias ocorrem realmente à nossa mente da forma que Ihering descreve: ao fumarmos um charuto no sofá; ou, como Helmholtz diz de si mesmo, com exatidão científica: quando caminhamos por uma rua que sobe lentamente; ou de qualquer outra forma semelhante. De qualquer modo, as idéias chegam quando não as esperamos, e não quando estamos pensando e procurando em nossa mesa de trabalho. Não obstante, elas certamente não nos ocorreriam se não tivéssemos pensado à mesa e buscado respostas com dedicação apaixonada.

Como quer que seja, o trabalhador científico tem de correr o risco existente em todo trabalho científico: ocorre a "idéia" ou não ocorre? Ele pode ser um excelente trabalhador e não obstante não ter qualquer idéia própria valiosa. É um erro grave acreditar que isto só ocorre na ciência e que a situação num escritório comercial é diferente de um laboratório, por exemplo. Um comerciante ou um grande industrial sem "imaginação comercial", ou seja, sem idéias ou sem intuições de gênio, continuará sendo durante toda a vida um homem que faria melhor se tivesse continuado como funcionário ou técnico. Jamais será realmente criador, em organização. A inspiração no campo da ciência não desempenha um papel maior, como um conceito acadêmico parece supor, do que no campo do domínio dos problemas da vida prática por um empresário moderno. Por outro lado, e isso também é, com freqüência, mal compreendido, a inspiração não tem um papel menor na ciência do que na arte. É noção infantil pensar que um matemático alcança qualquer resultado cientificamente valioso sentado à sua mesa com uma régua, máquina de calcular ou outros meios mecânicos. A imaginação matemática de um Weierstrass é naturalmente orientada de modo muito diferente, em significado e resultado, da imaginação de um artista, e difere basicamente em qualidade. Mas os processos psicológicos não diferem. São, um frenesi (no sentido de "μανία" de Platão) e "inspiração".

Ora, a ocorrência da inspiração científica depende de destinos que nos são ocultos, e, além disso, de "dons". E, por último, mas, não menos importante, porque encerra uma verdade indubitável: uma atitude muito compreensível tornou-se

popular, principalmente entre a juventude, colocando-a a serviço de ídolos cujo culto ocupa hoje destacado lugar em todas as esquinas e em todos os jornais. Esses ídolos são a "personalidade" e a "experiência pessoal". Estão intimamente ligados, predominando a noção de que o segundo constitui o primeiro e a ele pertence. As pessoas se empenham em conseguir "experiência" da vida — pois isso está de acordo com uma personalidade consciente de sua posição e situação. E se não conseguimos "experiência" da vida, devemos pelo menos fingir que temos esse dom da graça. Antigamente, chamávamos essa "experiência", em bom alemão, "sensação"; e creio que tínhamos, então, uma idéia mais adequada do que é a personalidade e do que significa.

Senhoras e Senhores. No campo da ciência, somente quem se dedica *exclusivamente* ao trabalho ao seu alcance tem "personalidade". E isso é válido não só para o campo da ciência; não conhecemos nenhum grande artista que tenha feito qualquer outra coisa que não fosse servir à sua obra, e apenas a ela. No que se relaciona com a sua arte, até mesmo para uma personalidade das proporções de Goethe, tem sido negativo tomar a liberdade de tentar transformar a sua "vida" numa obra de arte. E mesmo quem duvide disso terá de ser um Goethe para ousar permitir-se tal liberdade. Todos concordarão, pelo menos, nisso: até mesmo com um homem como Goethe, que surge uma vez em mil anos, esta liberdade tem seu preço. Em política, a questão não difere, mas não discutiremos hoje esse aspecto. No campo da ciência, porém, o homem que faz de si mesmo o empresário do assunto a que se devia dedicar, e aparece em cena e busca legitimar-se através da "experiência", perguntando: como posso provar que sou algo mais do que um simples "especialista", e como posso dizer alguma coisa, na forma ou no conteúdo, que não tenha sido dita antes por alguém? — êsse homem não é uma "personalidade". Hoje, tal conduta é um fenômeno de multidão, causando sempre má impressão e desmerecendo quem a pratica. Ao invés disso, a dedicação íntima à tarefa, e apenas ela, deve elevar o cientista ao auge e à dignidade do assunto a que ele pretende servir. E isso não difere quanto ao artista.

Em contraste com essas condições, que são as mesmas no trabalho científico e na arte, a ciência tem um destino que a distingue profundamente do trabalho artístico. O trabalho científico está preso ao curso do progresso, ao passo que no campo da arte não há progresso no mesmo sentido. Não é verdade que o trabalho de arte de um período que tenha criado novos meios

técnicos ou, por exemplo, as leis da perspectiva, se situe artisticamente acima de um trabalho de arte destituído de todo o conhecimento desses meios e leis — se a sua forma fizer justiça ao material, ou seja, se seu objeto tiver sido escolhido e formado de modo a ser artisticamente dominado sem aplicação de tais condições e meios. Uma obra de arte que é uma “realização” autêntica jamais é superada; jamais será antiquada. As pessoas podem divergir, na apreciação da significação pessoal das obras de arte, mas ninguém poderá dizer que tal trabalho “foi superado por outro que também é uma realização”.

Na ciência, sabemos que as nossas realizações se tornarão antiquadas em dez, vinte, cinqüenta anos. É esse o destino a que está condicionada a ciência: é o *sentido* mesmo do trabalho científico, a que ela está dedicada numa acepção bem específica, em comparação com outras esferas de cultura para as quais, em geral, o mesmo se aplica. Toda “realização” científica suscita novas “perguntas”: *pede* para ser “ultrapassada” e superada. Quem desejar servir à ciência tem de resignar-se a tal fato. As obras científicas podem durar, sem dúvida, como “satisfações”, devido à sua qualidade artística, ou podem continuar importantes como meio de preparo. Não obstante, serão ultrapassadas cientificamente — repetimos — pois é esse o seu destino comum e, mais ainda, nosso objetivo comum. Não podemos trabalhar sem a esperança de que outros avançarão mais do que nós. Em princípio, esse progresso se faz *ad infinitum*. E com isso chegamos à indagação da *significação* da ciência. Pois, afinal de contas, não é evidente que algo subordinado a essa lei seja sensato e significativo. Por que alguém se dedica a alguma coisa que na realidade jamais chega, e jamais pode chegar, ao fim?

Nós o fazemos, em primeiro lugar, por finalidades exclusivamente práticas, ou, na acepção mais ampla da palavra, por finalidades técnicas: para sermos capazes de orientar nossas atividades práticas dentro das expectativas que a experiência científica coloca à nossa disposição. Muito bem. Não obstante, isto só tem sentido para os “homens práticos”. Qual a atitude do homem de ciência para com a sua vocação — ou seja, se ele estiver em busca dessa atitude pessoal? Afirma que se dedica “à ciência pela ciência”, e não apenas porque outros, explorando-a, conseguem êxito comercial ou técnico e podem alimentar, vestir, iluminar e governar melhor. Mas o que espera realizar quem se deixa integrar nessa organização especializada, que vai *ad infinitum*, que seja significativo nessas produções que estão sempre destinadas a

serem superadas? Esta pergunta exige algumas considerações gerais.

O progresso científico é uma fração, a mais importante, do processo de intelectualização que estamos sofrendo há milhares de anos e que hoje em dia é habitualmente julgado de forma tão extremamente negativa. Vamos esclarecer, primeiro, o que significa praticamente essa racionalização intelectualista, criada pela ciência e pela tecnologia orientada cientificamente.

Significará que nós, hoje, por exemplo, sentados neste auditório, temos maior conhecimento das condições de vida em que existimos do que um índio americano ou um hotentote? Difícilmente. A menos que seja um físico, quem anda num bonde não tem idéia de como o carro se movimenta. E não precisa saber. Basta-lhe poder “contar” com o comportamento do bonde e orientar a sua conduta de acordo com essa expectativa; mas nada sabe sobre o que é necessário para produzir o bonde ou movimentá-lo. O selvagem tem um conhecimento incomparavelmente maior sobre as suas ferramentas. Quando gastamos dinheiro hoje tenho certeza que, até mesmo se houver colegas de Economia Política neste auditório, cada um deles terá uma diferente resposta pronta para a pergunta: como é possível comprar alguma coisa com dinheiro — por vezes mais, por vezes menos? O selvagem sabe o que faz para conseguir sua alimentação diária e que instituições lhe servem nessa empresa. A crescente intelectualização e racionalização *não* indicam, portanto, um conhecimento maior e geral das condições sob as quais vivemos.

Significa mais alguma coisa, ou seja, o conhecimento ou crença em que, se quiséssemos, *poderíamos* ter esse conhecimento a qualquer momento. Significa principalmente, portanto, que não há forças misteriosas incalculáveis, mas que podemos, em princípio, dominar todas as coisas pelo cálculo. Isto significa que o mundo foi desencantado. Já não precisamos recorrer aos meios mágicos para dominar ou implorar aos espíritos, como fazia o selvagem, para quem esses poderes misteriosos existiam. Os meios técnicos e os cálculos realizam o serviço. Isto, acima de tudo, é o que significa a intelectualização.

Ora, esse processo de desencantamento, que continuou a existir na cultura ocidental por milênios e, em geral, esse “progresso”, a que a ciência pertence como um elo e uma força propulsora, terão qualquer significado que vá além do exclusivamente prático

e técnico? Esta questão foi levantada, com base em princípios, nas obras de Leão Tolstói, que a formulou de modo peculiar. Todas as suas reflexões giraram em torno do problema de ser ou não a morte um fenômeno dotado de sentido. E sua resposta foi: para o homem civilizado, a morte não tem significado. E não o tem porque a vida individual do homem civilizado, colocada dentro de um "progresso" infinito, segundo seu próprio sentido imanente, jamais deveria chegar ao fim; pois há sempre um passo à frente do lugar onde estamos, na marcha do progresso. E nenhum homem que morre alcança o cume que está no infinito. Abraão, ou algum camponês do passado, morreu "velho e saciado da vida", porque estava no ciclo orgânico da vida; porque a sua vida, em termos do seu significado e à véspera dos seus dias, lhe dera o que a vida tinha a oferecer; porque para ele não havia enigmas que pudesse querer resolver; e, portanto, poderia ter tido o "bastante" da vida. O homem civilizado, colocado no meio do enriquecimento continuado da cultura pelas idéias, conhecimento e problemas, pode "cansar-se da vida", mas não "saciar-se" dela. Ele aprende apenas a minúscula parte do que a vida do espírito tem sempre de novo, e o que ele aprende é sempre algo provisório e não definitivo, e portanto a morte para ele é uma ocorrência sem significado. E porque a morte não tem significado, a vida civilizada, como tal, é sem sentido; pelo seu "progresso" ela imprime à morte a marca da falta de sentido. Em todos os seus últimos romances encontramos esse pensamento como a nota-chave da arte de Tolstói.

Que posição devemos tomar? Tem o "progresso" como tal, um sentido identificável, que vai além do técnico, de modo que servi-lo seja uma vocação dotada de sentido? A questão deve ser examinada. Mas já não se trata apenas da questão da vocação *para* a ciência, e, daí, o problema do que a ciência, como vocação, significa para os seus discípulos dedicados. Suscitar essa questão é indagar a vocação da ciência dentro da vida total da humanidade. Qual é o valor da ciência?

Aqui, o contraste entre o passado e o presente é tremendo. Lembrarei a imagem maravilhosa que existe no começo do livro VII da *República* de Platão: aqueles homens da caverna, acorrentados, cujas faces estão voltadas para uma parede de pedra à sua frente. Atrás deles está uma fonte de luz que não podem ver. Ocupam-se apenas das imagens em sombras que essa luz lança sobre a parede e buscam estabelecer-lhes inter-relações. Final-

mente, um deles consegue libertar-se dos grilhões, volta-se, vê o sol. Cego, tateia e gagueja uma descrição do que viu. Os outros dizem que ele delira. Gradualmente, porém, ele aprende a ver a luz, e então sua tarefa é descer até os homens da caverna e levá-los para a luz. Ele é o filósofo; o sol, porém, é a verdade da ciência, a única que reflete não ilusões e sombras, mas o verdadeiro ser.

Bem, quem, hoje, vê a ciência desse modo? Hoje, os jovens pensam exatamente o inverso: as construções intelectuais da ciência constituem um campo irreal de abstrações artificiais, que, com sua mão ossuda, procuram agarrar a essência da verdadeira vida, sem jamais consegui-lo. Mas aqui na vida, naquilo que para Platão era o jogo de sombras nas paredes da caverna, pulsa a realidade genuína; o resto são derivativos da vida, fantasmas sem vida e nada mais. Como ocorreu essa mudança?

O entusiasmo apaixonado de Platão em *A República* deve, em última análise, ser explicado pelo fato de que pela primeira vez o *conceito*, um dos grandes instrumentos de todo conhecimento científico, foi conscientemente descoberto. Sócrates o descobriu com a sua paciência. Não foi o único homem no mundo a descobri-lo. Na Índia encontramos o início de uma lógica muito semelhante à de Aristóteles. Mas em parte alguma encontramos a compreensão da significação do conceito. Na Grécia, pela primeira vez, surgiu uma forma prática pela qual era possível colocar os parafusos lógicos em alguém, de modo que não pudesse expressar-se sem admitir que nada sabia ou que isto, e nada mais, era a verdade, a verdade *eterna* que jamais desaparecerá, ao contrário dos feitos dos homens cegos, que desaparecem. Foi essa a tremenda experiência que se abriu para os discípulos de Sócrates. E disso parece seguir-se que bastaria descobrir-se o conceito adequado do belo, do bom ou, por exemplo, da coragem, da alma — ou qualquer outro — então para se aprender também o verdadeiro ser. E isso, por sua vez, parecia abrir o caminho para o conhecimento e o ensino de como agir acertadamente na vida e, acima de tudo, como agir como cidadão do Estado; pois esta questão era tudo para o homem helênico, cujo pensamento era totalmente político. E por essas razões as pessoas se dedicavam à ciência.

O segundo grande instrumento do trabalho científico, a experimentação racional, surgiu ao lado da descoberta do espírito helênico, durante a Renascença. A experimentação é um meio de controle fidedigno da experiência. Sem ela, a ciência empíri-

ca de hoje seria impossível. Houve experimentações, antes; por exemplo, na Índia, as experimentações fisiológicas foram feitas a serviço da técnica ascética iogue; na antiguidade helênica, as experimentações matemáticas foram feitas com objetivos de técnica bélica; e, na Idade Média, de mineração. Mas elevar a experimentação a um princípio de pesquisa foi realização da Renascença. Foram os grandes inovadores na *arte*, os homens que foram os pioneiros da experimentação. Leonardo e outros e, acima de tudo, os experimentadores da música no século XVI, com seus pianos experimentais, foram característicos. Desses círculos a experimentação passou à ciência, principalmente através de Galileu, e ingressou na teoria, através de Bacon. Foi, então, adotada pelas várias disciplinas exatas das universidades continentais, em primeiro lugar as da Itália e em seguida as da Holanda.

O que significava a ciência para esses homens, que estavam nos umbrais dos tempos modernos? Para os experimentadores artísticos do tipo de Leonardo e dos inovadores musicais, a ciência significava o caminho para a *verdadeira arte*, e isto significava para eles o caminho para a verdadeira *natureza*. A arte deveria ser elevada à classe de uma ciência, e isso significava ao mesmo tempo e acima de tudo elevar o artista à categoria do doutor, socialmente e com referência ao sentido de sua vida. É a ambição em que se baseava, por exemplo, o livro de desenhos de Leonardo. E hoje? “A ciência como o caminho para a natureza” soaria aos ouvidos dos jovens como uma blasfêmia. Hoje, a juventude proclama o oposto: redenção em relação ao intelectualismo da ciência a fim de voltar à própria natureza de cada um e, com isso, à natureza em geral. A ciência como um caminho para a arte? Não é necessário nem mesmo fazer qualquer crítica.

Mas durante o período da ascensão das Ciências Exatas, esperava-se muito mais. Se lembrarmos a afirmação de Swammerdam, “Trago-vos a prova da providência de Deus na anatomia de um camundongo”, veremos o que o trabalhador científico, influenciado (indiretamente) pelo protestantismo e puritanismo, considerava como sua tarefa: mostrar o caminho para Deus. As pessoas já não encontram tal caminho entre os filósofos com seus conceitos e deduções. Toda a teologia pietista da época, acima de tudo Spener sabia que Deus não se encontrava no caminho onde a Idade Média o havia procurado. Deus está oculto, Seus caminhos não são os nossos caminhos, Seus pensa-

mentos não são os nossos pensamentos. Nas Ciências Exatas, porém, onde se podiam perceber fisicamente Suas obras esperava-se encontrar traços do que Ele planejara para o mundo. E hoje? Quem — à parte certas crianças grandes que na verdade encontramos nas Ciências Naturais — ainda acredita que as descobertas da Astronomia, Biologia, Física ou Química nos poderá ensinar qualquer coisa sobre o *significado* do mundo? Se tal “significado” existe, em que caminho poderíamos encontrar vestígios dele? Se essas Ciências Naturais levam a qualquer coisa nesse sentido, levarão ao desaparecimento da crença de que existe algo como o “significado” do universo.

E finalmente, a ciência como caminho “para Deus”? A ciência, essa força especificamente irreligiosa? Que a ciência de hoje é irreligiosa ninguém duvidará no íntimo, mesmo que não o admita para si mesmo. A libertação em relação ao racionalismo e intelectualismo da ciência é a pressuposição fundamental da vida em união com o divino. Essa afirmação, ou outra de sentido semelhante, é uma das palavras de ordem fundamentais entre a juventude alemã, cujos sentimentos estão voltados para a religião ou que anseiam pelas experiências religiosas. A única coisa estranha é o método hoje seguido: as esferas do irracional, as únicas esferas que o intelectualismo ainda não atingiu, foram hoje elevadas à consciência e colocadas sob suas lentes. Pois, na prática, é a isso que leva a forma intelectualista moderna do irracionalismo romântico. Esse método de emancipação do intelectualismo bem pode provocar o oposto mesmo daquilo que seus aceitantes consideram como sua meta.

Depois da devastadora crítica feita por Nietzsche aos “últimos homens” que “inventaram a felicidade”, posso deixar totalmente de lado o otimismo ingênuo no qual a ciência — isto é, a técnica de dominar a vida que depende da ciência — foi celebrada como o caminho para a felicidade. Quem acredita nisso? — à parte algumas poucas crianças grandes que ocupam cátedras universitárias ou escrevem editoriais. Retomemos nosso argumento.

Sob essas pressuposições interiores, qual o significado da ciência como vocação, depois de desaparecidas todas essas ilusões antigas, o “caminho para o verdadeiro Deus”, o “caminho para a verdadeira felicidade”? Tolstói deu a resposta mais simples, com as palavras: “A ciência não tem sentido porque não responde à nossa pergunta, a única pergunta importante para nós: o que devemos fazer e como devemos viver?” É

inegável que a ciência não dá tal resposta. A única questão que resta é o sentido no qual a ciência “não” dá resposta, e se ela ainda poderá ou não ter alguma utilidade para quem formule corretamente a indagação.

Hoje, falamos habitualmente da ciência como “livre de todas as pressuposições”. Haverá tal coisa? Depende do que entendermos por isso. Todo trabalho científico pressupõe que as regras da lógica e do método são válidas; são as bases gerais de nossa orientação no mundo; e, pelo menos para nossa questão especial, essas pressuposições são o aspecto menos problemático da ciência. A ciência pressupõe, ainda, que o produto do trabalho científico é importante no sentido de que “vale a pena conhecê-lo”. Nisto estão encerrados todos os nossos problemas, evidentemente. Pois esta pressuposição não pode ser provada por meios científicos — só pode ser *interpretada* com referência ao seu significado último, que devemos rejeitar ou aceitar, segundo a nossa posição última em relação à vida.

Além disso, a natureza da relação do trabalho científico e suas pressuposições varia muito, segundo a estrutura destas. As Ciências Naturais, por exemplo, a Física, a Química, a Astronomia, pressupõem como auto-evidente o fato de que vale a pena conhecer as leis últimas dos acontecimentos cósmicos, na medida em que a ciência pode formulá-las. Isso ocorre não só porque com esse conhecimento podemos alcançar resultados técnicos, mas pela própria fruição do conhecimento, se a sua busca for uma “vocação”. Não obstante, essa pressuposição não pode de modo algum ser provada. E menos ainda se pode provar que vale a pena a existência do mundo que essas ciências descrevem, que ela tem qualquer “significado”, ou que há sentido em viver nesse mundo. A ciência não procura resposta para essas questões.

Vejamos a Medicina moderna, uma tecnologia prática que está cientificamente muito desenvolvida. A “pressuposição” geral da Medicina é apresentada trivialmente na afirmação de que a Ciência Médica tem a tarefa de manter a vida como tal e diminuir o sofrimento na medida máxima de suas possibilidades. Não obstante, isso é problemático. Com seus meios, o médico preserva a vida dos que estão mortalmente enfermos, mesmo que o paciente implore a sua libertação da vida, mesmo que seus parentes, para quem a vida do paciente é indigna e para quem o custo de manter essa vida indigna se torna insupportável, lhe assegurem a redenção do sofrimento. Talvez se trate

de um pobre lunático, cujos parentes, quer o confessem ou não, desejam, e devem desejar, sua morte. Não obstante, as pressuposições da Medicina, e do código penal, impedem ao médico suspender seus esforços terapêuticos. Se a vida vale a pena ser vivida e quando — esta questão não é indagada pela Medicina. A Ciência Natural nos dá uma resposta para a questão do que devemos fazer se desejamos dominar a vida tecnicamente. Deixa totalmente de lado, ou faz as suposições que se enquadram nas suas finalidades, se devemos e queremos realmente dominar a vida tecnicamente e se, em última análise, há sentido nisso.

Vejamos uma disciplina como a Estética. O fato de que existem obras de arte é aceito sem crítica pela Estética, que busca estabelecer em que condições tal fato existe, mas não suscita a questão de ser talvez o campo da arte um campo de grandiosidade diabólica, um campo deste mundo e portanto, em sua essência, hostil a Deus, e, em seu espírito mais íntimo e aristocrático, hostil à fraternidade do homem. Daí, a Estética não indaga se *deve* haver obras de arte.

Vejamos a Jurisprudência. Estabelece o que é válido, de acordo com as regras do pensamento jurídico, que é em parte limitado pelo que é logicamente compulsivo e em parte por esquemas fixados convencionalmente. O pensamento jurídico é válido quando certas regras jurídicas e certos métodos de interpretação são reconhecidos como obrigatórios. Se deve haver lei e se devemos estabelecer essas regras — tais questões não são respondidas pela Jurisprudência. Ela só pode afirmar: para quem quiser este resultado, segundo as normas de nosso pensamento jurídico, esta norma jurídica é o meio adequado de alcançá-lo.

Vejamos as Ciências Histórica e Cultural. Elas nos ensinam como compreender e interpretar os fenômenos políticos, artísticos, literários e sociais em termos de suas origens. Mas não nos dão resposta para a questão de se a existência desses fenômenos foi, e é, *compensadora*. E não respondem à questão de se vale a pena o esforço necessário para conhecê-las. Pressupõem haver interesse em participar, através desse processo, da comunidade de “homens civilizados”. Mas não podem provar “cientificamente” que seja esse o caso; e o fato de pressuporem esse interesse não prova, de forma alguma, que ele existe. Na verdade, ele não é evidente por si mesmo.

Vejamos, finalmente, as disciplinas que me são próximas: Sociologia, História, Economia, Ciência Política e os tipos de



Filosofia Cultural que têm como tarefa interpretar essas ciências. Afirma-se, e concordo com isso, que a política está deslocada na sala de aulas. Não é o lugar adequado, no que concerne aos alunos. Se, por exemplo, na sala de aula de meu ex-colega Dietrich Schäfer, de Berlim, os alunos pacifistas lhe cercassem a mesa e provocassem tumulto, eu deploraria esse fato da mesma forma que deploro a agitação provocada pelos estudantes antipacifistas contra o Professor Förster, cujas opiniões estão, sob certos aspectos, totalmente longe das minhas. Mas a política também não deve entrar na sala de aula levada pelo docente, e quando este se interessa cientificamente pela Política, ainda muito menos.

Tomar uma posição política prática é uma coisa, e analisar as estruturas políticas e as posições partidárias é outra. Ao falar num comício político sobre a democracia, não escondemos nosso ponto de vista pessoal; na verdade, expressá-lo claramente e tomar uma posição é o nosso dever. As palavras que usamos nesse comício não são meios de análise científica, mas meios de conseguir votos e vencer os adversários. Não são arados para revolver o solo do pensamento contemplativo; são espadas contra os inimigos: tais palavras são armas. Seria um ultraje, porém, usá-las do mesmo modo na sala de aula ou na sala de conferências. Se, por exemplo, estivermos discutindo "democracia", examinaremos suas várias formas, analisaremos os modos pelos quais funcionam, determinaremos que resultados tem uma forma para as condições de vida em comparação com a outra. Então, enfrentamos as formas da democracia com formas não-democráticas de ordem política e procuramos chegar à posição em que o estudante possa encontrar o ponto do qual, em termos de seus ideais últimos, venha a tomar uma posição. Mas o verdadeiro professor evitará impor, da sua cátedra, qualquer posição política ao aluno, quer seja ela expressa ou sugerida. "Deixar que os fatos falem por si" é a forma mais parcial de apresentar uma posição política ao aluno.

Por que nos devemos abster de assim agir? Afirmo, antecipadamente, que alguns colegas muito estimados são de opinião que não é possível praticar essa autocontenção e que, mesmo se o fosse, seria uma extravagância evitar declarar-se. Não é possível demonstrar cientificamente qual o dever de um professor acadêmico. Só podemos pedir dele que tenha a integridade intelectual de ver que uma coisa é apresentar os fatos, determinar as relações matemáticas ou lógicas, ou a estrutura

interna dos valores culturais, e outra coisa é responder a perguntas sobre o *valor* da cultura e seus conteúdos individuais, e à questão de como devemos agir na comunidade cultural e nas associações políticas. São problemas totalmente heterogêneos. Se perguntarmos por que não nos devemos ocupar de ambos os tipos de problemas na sala de aula, a resposta será: porque o profeta e o demagogo não pertencem à cátedra acadêmica.

Ao profeta e ao demagogo, dizemos: "Ide para as ruas e falai abertamente ao mundo", ou seja, falai onde a crítica é possível. Na sala de aula ficamos frente à nossa audiência, que tem de permanecer calada. Considero irresponsabilidade explorar a circunstância de que, em benefício de sua carreira, os alunos têm de frequentar o curso de um professor onde não há ninguém presente para fazer-lhe críticas. A tarefa do professor é servir aos alunos com o seu conhecimento e experiência e não impor-lhes suas opiniões políticas pessoais. É, sem dúvida, possível que o professor individual não consiga eliminar totalmente suas simpatias pessoais. Fica, então, sujeito à crítica mais violenta no foro de sua própria consciência. E tal deficiência nada prova; outros erros são também possíveis, por exemplo, exposições errôneas de fatos, e, não obstante, nada provam contra o dever de se buscar a verdade. Também rejeito essa hipótese no interesse mesmo da ciência. Estou pronto a provar, com as obras de nossos historiadores, que sempre que o homem de ciência introduz seu julgamento pessoal de valor, *cessa* a plena compreensão dos fatos. Mas isto foge ao âmbito do tema desta noite e exigiria uma elucidação mais demorada.

Apenas indago: como podem um católico devoto, de um lado, e um maçom, de outro, num curso sobre as formas da Igreja e do Estado, ou sobre a história religiosa, vir a pensar de maneira semelhante sobre esses assuntos? Isto está fora de questão. Não obstante, o professor acadêmico deve desejar, e deve exigir de si mesmo, servir a um e a outro, com seu conhecimento e métodos. Pode-se dizer, porém, e com acerto, que o católico devoto jamais aceitará a opinião sobre os fatores que provocaram o aparecimento do cristianismo que um professor livre de seus pressupostos dogmáticos lhe apresenta. Certamente! A diferença, porém, está no seguinte: a ciência "livre de pressuposições", no sentido de uma rejeição dos laços religiosos, não conhece o "milagre" e a "revelação". Se o fizesse, a ciência seria infiel às suas próprias "pressuposições". O crente conhece tanto o milagre quanto a revelação. E a ciência "livre

de pressuposições” espera dele nada menos — e nada mais — do que o reconhecimento de que *se* o processo puder ser explicado sem essas intervenções sobrenaturais, que uma explicação empírica tem de eliminar como fatores causais, o processo terá de ser explicado da forma pela qual a ciência tenta explicá-lo. E o crente pode fazer isso sem ser infiel a sua crença.

Mas a contribuição da ciência terá qualquer sentido para um homem que não se interessa em conhecer os fatos, como tais, e para quem apenas o ponto de vista prático tem importância? Talvez a ciência contribua, não obstante, com alguma coisa.

A tarefa primordial de um professor útil é ensinar seus alunos a reconhecer os fatos “inconvenientes” — e quero dizer os fatos que são inconvenientes para suas opiniões partidárias. E para cada opinião partidária há fatos que são extremamente inconvenientes, para minha própria opinião e para a opinião dos outros. Acredito que o professor realiza mais do que uma simples tarefa intelectual se compelir sua audiência a se habituar à existência de tais fatos. Eu seria tão imodesto a ponto de aplicar a expressão “realização moral”, embora talvez ela possa parecer demasiado grandiosa para uma coisa que nem precisa ser dita.

Até agora, falei apenas das razões práticas que levam a evitar a imposição de um ponto de vista pessoal. Mas estas não são as únicas razões. A impossibilidade de defender “cientificamente” as posições práticas e interessadas — exceto na discussão dos meios para fins firmemente dados e pressupostos — baseia-se em razões muito mais profundas.

A defesa “científica” é destituída de sentido em princípio porque as várias esferas de valor do mundo estão em conflito inconciliável entre si. O velho Mill, cuja filosofia não elogio sob outro aspecto, tinha razão, nesse ponto, ao dizer: Se partirmos da experiência pura, chegaremos ao politeísmo. É uma formulação rasa, e parece paradoxal, mas não obstante há verdade nela. Voltamos a compreender hoje, pelo menos, que alguma coisa pode ser sagrada não só a despeito de não ser bela, mas porque não é bela, e na medida em que não é bela. Isso está documentado no capítulo 53 do Livro de Isaías, e no Salmo 21. E, desde Nietzsche, compreendemos que uma coisa pode ser bela não só apesar do aspecto no qual não é boa, mas antes nesse aspecto mesmo. Isso foi expresso anteriormente

nas *Fleurs du mal*, nome que Baudelaire deu ao seu livro de poemas. É um lugar-comum observar que uma coisa pode ser verdade, embora não seja bela nem sagrada nem boa. De fato, ela pode ser verdadeira precisamente nesses aspectos. Mas todos esses casos são os mais elementares na luta em que os deuses das várias ordens e valores se estão empenhando. Não sei como poderemos desejar decidir “cientificamente” o valor da cultura francesa e alemã; pois aqui, também, deuses diferentes lutam entre si, agora e em todos os tempos futuros.

Vivemos como os antigos, quando o seu mundo ainda não havia sido desencantado de seus deuses e demônios, e apenas vivemos num sentido diferente. Tal como o homem helênico por vezes fazia sacrifícios a Afrodite e outras vezes a Apolo e, acima de tudo, como todos faziam sacrifícios aos deuses da cidade, assim fazemos nós, ainda hoje, tendo apenas a atitude do homem sido desencantada e despida de sua plasticidade mística, mas interiormente autêntica. O destino, e certamente não a “ciência”, predomina sobre esses deuses e suas lutas. Podemos, apenas, compreender o que a divindade representa para uma ordem ou para outra, ou melhor, o que ela é numa e noutra ordem. Com esse entendimento, porém, a questão chegou ao seu limite, pelo menos ao limite em que pode ser discutida numa sala de conferências e por um professor. Não obstante, o grande e vital problema aqui encerrado está, decerto, muito, longe de sua conclusão. Mas outras forças além das cátedras universitárias têm sua influência nessa questão.

Que homem se atribuirá a tentativa de “refutar cientificamente” a ética do Sermão da Montanha? Por exemplo, a frase “não resistir ao mal”, ou a imagem de voltar a outra face? Não obstante, é claro, sob a perspectiva mundana, que se trata de uma ética de conduta indigna; temos de escolher entre a dignidade religiosa que ela confere e a dignidade da conduta viril que prega algo totalmente diferente; “resistir ao mal — para não sermos co-responsáveis pela sua vitória”. Segundo nosso ponto de vista último, um é o demônio e o outro é Deus, e o indivíduo tem de decidir qual é para ele o Deus e qual o demônio. E o mesmo acontece em todas as ordens da vida.

O racionalismo grandioso de uma conduta de vida ética e metódica, que flui de toda profecia religiosa, destronou esse politeísmo em favor “daquilo que é necessário”. Frente às realidades da vida exterior e interior, o cristianismo considerou necessário fazer concessões e julgamentos relativos, que todos

nós conhecemos na sua história. Hoje, as rotinas da vida cotidiana desafiam a religião. Muitos deuses antigos ascendem de seus túmulos; desencantaram-se e tomaram, por isso, a forma de forças impessoais. Lutam para conseguir poder sobre nossa vida e retomam novamente sua luta eterna entre si. O que é difícil para o homem moderno, e especialmente para a geração mais nova, é estar à altura da existência do trabalho cotidiano. A busca onipresente de “experiência” nasce dessa fraqueza; pois é uma fraqueza não ser capaz de aprovar a inexorável seriedade de nossos tempos fatídicos.

Nossa civilização destina-nos a compreender mais claramente essas lutas, de novo, depois que nossos olhos estiveram cegos por mil anos — cegos pela suposta, ou presumidamente exclusiva, orientação para com o fervor moral grandioso da ética cristã.

Basta, porém, dessas questões que nos levam longe. Estão errados os jovens que reagem a tudo isso dizendo: “Sim, mas comparemos às preleções a fim de experimentar algo mais do que a simples análise e formulações de fato”. O erro é que eles buscam no professor algo diferente daquilo que está à sua frente. Anseiam por um líder, e não um professor. Mas estamos colocados na cátedra exclusivamente como professores. E são duas coisas diferentes, como se pode ver imediatamente. Seja-me permitido levar-vos novamente à América, porque ali podemos observar, com freqüência, essas questões em sua forma mais maciça e original.

O rapaz americano aprende muito menos do que o rapaz alemão. Apesar de um número incrível de exames, sua vida escolar não o transforma na criatura absoluta dos exames, como ocorre com os alemães. Pois na América, a burocracia, que pressupõe o diploma de exame como o bilhete de entrada para o reino das prebendas, está apenas em seus primórdios. O jovem americano não tem respeito por coisa alguma, nem por ninguém, pela tradição ou pelo cargo público — a menos que seja pela realização pessoal dos homens individualmente. É a isso que o americano chama de “democracia”. É esse, porém, o significado de democracia, por mais deformada que sua intenção possa ser na realidade, e a intenção é o que conta, aqui. A concepção que o americano tem do professor que o enfrenta é: ele me vende seu conhecimento e seus métodos em troca do dinheiro do meu pai, tal como o verdureiro vende repolhos

à minha mãe. Eis tudo. Na verdade, se o professor for um treinador de futebol, então, nesse campo é um líder. Se, porém, não for um treinador (ou qualquer outra coisa num setor esportivo diverso), é simplesmente um professor, e nada mais. E nenhum jovem americano pensaria que o professor lhe possa vender uma *Weltanschauung* ou um código de conduta. Quando o pensamento é formulado dessa maneira devemos rejeitá-lo. Mas a questão é se há ou não alguma verdade nesse sentimento, que ressaltei deliberadamente com algum exagero.

Amigos estudantes! Vinde às nossas aulas e exigi de nós as qualidades de liderança, sem compreender que de cem professores pelo menos 99 não pretendem ser treinadores de futebol nos problemas vitais da vida, ou mesmo ser “líderes” em questões de conduta. Vede, por favor, que o valor de um homem não depende de ter ou não qualidades de liderança. E, de qualquer modo, as qualidades que fazem de um homem um excelente erudito e professor acadêmico não são as qualidades que fazem o líder dar orientações na vida prática ou, mais especificamente, na política. É por mero acaso que o professor possui também essa qualidade; seria uma situação crítica se todo professor se visse frente à expectativa dos alunos de que ele pretenda essa qualidade. E ainda mais crítica se todo professor se considerasse um líder na sala de aula. Aquêles que freqüentemente se consideram líderes quase sempre são os menos dotados para isso. Mas, a despeito de serem ou não líderes, a situação magisterial simplesmente não oferece possibilidade de *provar* suas qualidades de liderança. O professor que se sente chamado a agir como conselheiro da juventude e desfruta a confiança desta pode ser um homem que mantém relações pessoais com os jovens. E, se ele se sente chamado a intervir nas lutas das opiniões mundiais e posições partidárias, poderá fazê-lo fora da aula, no mercado, na imprensa, nos comícios, nas associações, onde quer que o deseje. Afinal de contas, é muito cômodo demonstrar coragem tomando uma posição quando a audiência e os possíveis adversários estão condenados ao silêncio.

Finalmente, pode-se levantar a questão: “Se assim é, que contribuição real e positiva traz a ciência para a ‘vida’ prática e pessoal?” Com isso estamos novamente de volta ao problema da ciência como “vocação”.

Primeiro, é claro, a ciência contribui para a tecnologia do controle da vida calculando os objetos externos bem como as

atividades do homem. Bem, direis vós, afinal de contas isso equivale ao verdureiro do rapaz americano. Concordo plenamente.

Segundo, a ciência pode contribuir com algo que o verdureiro não pode: métodos de pensamento, os instrumentos e o treinamento para o pensamento. Direis, talvez: "Bem, isso não são verduras, mas não vai, também, além dos meios para conseguir as verduras". Fiquemos hoje por aqui.

Felizmente, porém, a contribuição da ciência não alcança seu limite, com isso. Estamos em condições de levar-vos a um terceiro objetivo: a *clareza*. Pressupomos, decerto, que nós mesmos possuímos clareza. Na medida em que isso ocorre, podemos deixar-vos claro o seguinte:

Na prática, podeis tomar esta ou aquela posição em relação a um problema de valor — simplificando, pensai, por favor, nos fenômenos sociais como exemplos. *Se* tomardes esta ou aquela posição, então, segundo a experiência científica, tereis de usar tais e tais *meios* para colocar em prática vossa convicção. Ora, tais meios talvez sejam de tal ordem que sua rejeição vos pareça imperiosa. Tendes, então, simplesmente de escolher entre o fim e os meios inevitáveis. Justificará o "fim" os meios? Ou não? O professor pode apresentar-vos a necessidade de tal escolha. Não pode fazer mais do que isso, enquanto quiser continuar como professor, e não tornar-se um demagogo. Ele pode, decerto, dizer-vos também que, se desejais este e aquele fim, então deveis aceitar as conseqüências subsidiárias que, segundo toda experiência, ocorrerão. Encontramo-nos novamente na mesma situação de antes. Há ainda problemas que também podem surgir para o técnico, que em numerosos casos tem de tomar decisões de acordo com o princípio do menor mal ou do relativamente melhor. Apenas, para ele, uma coisa, a principal, é habitualmente dada, o fim. Mas tão logo problemas realmente "últimos" estão em jogo para nós, tal não é o caso. Com isso, finalmente, chegamos ao serviço final que a ciência, como tal, pode prestar ao objetivo da clareza, e ao mesmo tempo chegamos aos limites da ciência.

Além disso, podemos e devemos dizer: em termos de seu significado, tal ou qual posição prática pode ser deduzida com coerência interior, e daí integridade, a partir desta ou daquela posição de *weltanschauliche* última. Talvez só possa ser deduzida dessa posição fundamental, ou talvez de várias, mas não

pode ser deduzida destas ou daquelas outras posições. Falando figuradamente, servimos a este deus e ofendemos ao outro deus quando resolvemos adotar uma ou outra posição. E se continuarmos fiéis a nós mesmos, chegaremos necessariamente a certas conclusões finais que, subjetivamente, têm sentido. É isso o que, pelo menos em princípio, podemos realizar. A Filosofia, como disciplina especial, e as discussões filosóficas de princípios nas outras Ciências procuram realizar isso. Assim, se formos competentes em nossa empresa (o que devemos pressupor, aqui) podemos forçar o indivíduo, ou pelo menos podemos ajudá-lo, a prestar a si mesmo *contas do significado último de sua própria conduta*. Isto não me parece pouco, mesmo em relação a nossa vida pessoal. Sou tentado, novamente, a dizer de um professor que consegue êxito sob tal aspecto: ele está a serviço de forças "morais"; ele cumpre o dever de provocar o auto-esclarecimento e um senso de responsabilidade. E creio que ele estará mais capaz de realizar isso na medida em que evitar conscienciosamente o desejo de impor ou sugerir, pessoalmente, à sua audiência a posição que tomou.

A proposição que apresento aqui parte sempre do fato fundamental de que, enquanto a vida continuar imanente e fôr interpretada em seus próprios termos, conhecerá apenas a luta incessante desses deuses entre si. Ou, falando diretamente, as atitudes últimas possíveis para com a vida são inconciliáveis, daí sua luta jamais chegar a uma conclusão final. Assim, é necessária uma escolha decisiva. Se, nessas condições, a ciência é uma "vocação" digna para alguém, e se a ciência em si tem "vocação" objetivamente digna, são julgamentos de valor sobre os quais nada podemos dizer na sala de aula. Afirmar o valor da ciência é uma pressuposição a ser ensinada ali. Pessoalmente, pelo meu trabalho mesmo, respondo pela afirmativa, e também o respondo precisamente do ponto de vista que odeia o intelectualismo como o pior dos males, tal como o faz hoje a juventude, ou habitualmente apenas imagina que faz. Nesse caso, a advertência é válida para os jovens: "Cuidado, o diabo é velho; envelheci também para compreendê-lo". Isto não significa a idade, no sentido da certidão de nascimento. Significa que se desejarmos haver-nos com esse diabo teremos de não fugir à sua frente, como gostam de fazer tantas pessoas, hoje. Em primeiro lugar, temos de perceber-lhe os processos, para compreender seu poder e suas limitações.

A ciência hoje é uma “vocação” organizada em disciplinas especiais a serviço do auto-esclarecimento e conhecimento de fatos inter-relacionados. Não é o dom da graça de videntes e profetas que cuidam de valores e revelações sagradas, nem participa da contemplação dos sábios e filósofos sobre o significado do universo. É essa, na verdade, a condição inevitável de nossa situação histórica. Não podemos fugir a ela enquanto continuarmos fiéis a nós mesmos. E se lembrarmos a questão de Tolstói: se a ciência não dá, quem dará resposta à pergunta “Que faremos e como disporemos nossas vidas?”, ou, nas palavras usadas aqui, esta noite: “A qual dos deuses em luta serviremos? Ou deveremos servir, talvez, a um deus totalmente diferente, e quem é ele? Podemos dizer que somente um profeta ou um salvador podem dar as respostas. Se não houver tais homens, ou se sua mensagem já não for recebida com confiança, então, certamente não forçaremos o seu aparecimento nesta Terra, fazendo que milhares de professores, como assalariados privilegiados do Estado, tentem, como pequenos profetas em suas salas de aula, assumir tal papel. Tudo o que realizarão é mostrar que não têm consciência do estado de coisas decisivo: o profeta por quem, na nossa geração mais nova, tanto anseiam simplesmente não existe. Mas esse conhecimento, com sua poderosa significação, jamais se tornou vital para eles. Os interesses interiores de um homem “musical” verdadeiramente religioso jamais podem ser servidos se lhe ocultarmos, a ele e aos outros, o fato fundamental de que está destinado a viver numa época sem deus e sem profetas, dando-lhe o *ersatz* de uma profecia de gabinete. A integridade de seu órgão religioso, ao que me parece, deve rebelar-se contra isso.

Há quem se incline a indagar: que posição devemos tomar para com a existência concreta da “teologia” e suas pretensões a ser uma “ciência”? Não procuremos responder com evasivas. Na verdade, “teologia” e “dogmas” não existem universalmente, mas nenhum deles existe apenas no cristianismo. Existem antes (remontando no tempo) de forma altamente desenvolvida também no islã, no maniqueísmo, no agnosticismo, no orfismo, no parsismo, no budismo, nas seitas hindus, no tauísmo e nos Upânichades e, é claro, no judaísmo. Na verdade, seu desenvolvimento sistemático varia muito. Não foi por acaso que o cristianismo ocidental — em contraste com as posses teológicas do judaísmo — desenvolveu e elaborou a teologia muito mais sistematicamente, ou procura fazê-lo. No Ocidente, o desenvolvi-

mento da teologia teve, de fato, a maior significação histórica. É o produto do espírito helênico, e toda a teologia do Ocidente a ele remonta, como (obviamente) toda a teologia do Oriente remonta ao pensamento indiano. Toda teologia representa uma *racionalização* intelectual da posse de valores sagrados. Nenhuma ciência é absolutamente livre de pressuposições, e nenhuma ciência pode provar seu valor fundamental ao homem que rejeita essas pressuposições. Toda teologia, porém, acrescenta algumas pressuposições específicas ao seu trabalho e, assim, à justificação de sua existência. Seu sentido e âmbito variam. Toda teologia, inclusive, por acaso, a teologia hinduísta, pressupõe que o mundo deve ter um *significado*, e a questão é como interpretar êsse significado de modo a torná-lo intelectualmente concebível.

Ocorre o mesmo com a epistemologia de Kant. Partiu êle da seguinte pressuposição: “A verdade científica existe e é válida”, e em seguida indagou: “Sob quais pressuposições de pensamento é a verdade possível e dotada de significação?” Os estetas modernos (na realidade ou expressamente, como por exemplo G. v. Lukacs) partiram do pressuposto de que “as obras de arte existem”, e em seguida indagaram: Como pode ter sentido e ser possível a sua existência?

Em geral, porém, as teologias não se satisfazem com esses pressupostos, essencialmente religiosos e filosóficos. Procedem regularmente de outro pressuposto, de que certas “revelações” são fatos relevantes para a salvação e, como tal, possibilitam uma conduta de vida dotada de sentido. Portanto, devemos acreditar nessas revelações. Além disso, as teologias pressupõem que certos estados e atos subjetivos possuem a qualidade da santidade, isto é, que constituem um modo de vida, ou pelo menos elementos de um modo de vida, que têm um sentido religioso. Então, a questão da teologia é: como interpretar esses pressupostos, que devem ser simplesmente aceitos, numa visão do universo que tenha sentido? Para a teologia, os pressupostos como tal estão fora dos limites da “ciência”. Não representam o “conhecimento”, no sentido habitual, mas antes uma “possessão”. Quem não “possui” fé, ou os outros estados sagrados, não pode fazer da teologia um sucedâneo deles, e muito menos qualquer outra ciência. Pelo contrário, em toda teologia “positiva” o devoto chega ao ponto em que predomina a sentença agostiniana: *credo non quod, sed quia absurdum est.*

A capacidade para a realização dos virtuosos religiosos — o “sacrifício intelectual” — é a característica decisiva do homem positivamente religioso. Isso se evidencia pelo fato de que apesar (ou, antes, em consequência) da teologia (que a revela) a tensão entre as esferas de valor da “ciência” e a esfera do “sagrado” é insuperável. Legitimamente, só o discípulo oferece o “sacrifício intelectual” ao profeta, o crente, à igreja. Ainda não surgiu uma nova profecia (e repito, deliberadamente, esta imagem que ofendeu a certas pessoas) através da necessidade que alguns intelectuais modernos têm de mobiliar suas almas, por assim dizer, com antiguidades autênticas garantidas. Ao fazê-lo, lembram-se de que a religião pertencia a essas antiguidades, e de todas as coisas a religião é exatamente o que não possuem. Como sucedâneo, porém, divertem-se decorando uma espécie de capela doméstica com pequenas imagens sagradas de todo o mundo, ou produzem substitutos através de todas as formas de experiências psíquicas às quais atribuem a dignidade da santidade mística, que negociam no mercado de livros. Estão, evidentemente, enganando-se a si mesmos. Não se trata, porém, de um embuste, mas de algo muito sincero e genuíno, quando alguns dos grupos de jovens que nos últimos anos se formaram juntos, em silêncio, dão à sua comunidade humana a interpretação de uma relação religiosa, cósmica ou mística, embora ocasionalmente talvez essa interpretação repouse numa interpretação errônea do eu. Por mais certo que seja que todo ato de fraternidade autêntica pode estar ligado à consciência de que ele contribui com algo imperecível para um reino suprapessoal, parece-me duvidoso que a dignidade de relações puramente humanas e comunais seja fortalecida por essas interpretações religiosas. Mas isto já não é nosso tema.

O destino de nossos tempos é caracterizado pela racionalização e intelectualização e, acima de tudo, pelo “desencantamento do mundo”. Precisamente os valores últimos e mais sublimes retiraram-se da vida pública, seja para o reino transcendental da vida mística, seja para a fraternidade das relações humanas diretas e pessoais. Não é por acaso que nossa maior arte é íntima, e não monumental, não é por acaso que hoje somente nos círculos menores e mais íntimos, em situações humanas pessoais, em *pianissimo*, é que pulsa alguma coisa que corresponde ao *pneuma* profético, que nos tempos antigos varria as grandes comunidades como um incêndio, fundindo-as numa só unidade. Se procurarmos forçar e “inventar” um estilo monumental na arte, produziremos monstruosidades tão miseráveis quanto os muitos monu-

mentos dos últimos vinte anos. Se tentarmos construir intelectualmente novas religiões sem uma profecia nova e autêntica, então, num sentido íntimo, resultará alguma coisa semelhante, mas com efeitos ainda piores. E a profecia acadêmica, finalmente, criará apenas seitas fanáticas, mas nunca uma comunidade autêntica.

Para quem não pode enfrentar como homem o destino da época, devemos dizer: possa ele voltar silenciosamente, sem a publicidade habitual dos renegados, mas simples e quietamente. Os braços das velhas igrejas estão abertos para eles, e, afinal de contas, elas não criam dificuldades à sua volta. De uma forma ou de outra, ele tem de fazer o seu “sacrifício intelectual” — isso é inevitável. Se ele puder realmente fazê-lo, não o criticaremos. Pois tal sacrifício intelectual em favor de uma dedicação religiosa é eticamente diferente da evasão do dever claro de integridade intelectual, que surge quando falta a coragem de esclarecer a posição última que foi tomada e facilita esse dever através de frágeis julgamentos relativos. Aos meus olhos, esse retorno religioso paira mais alto do que a profecia acadêmica, que não compreende claramente que nas salas de aula da universidade nenhuma outra virtude é válida a não ser a simples integridade intelectual. A integridade, porém, nos obriga a dizer que para os muitos que hoje anseiam por novos profetas e salvadores, a situação é a mesma que ressoa na bela canção edomita do vigia, do período de exílio, incluída entre os oráculos de Isaías:

Ele gritou-me de Seir, Vigia, o que é da noite? Vigia, o que é da noite? E o Vigia disse: Vem a manhã e também a noite: se quereis perguntar, perguntai; voltaí, vinde.

O povo a quem isto foi dito havia indagado e ansiado por mais de dois milênios, e estremeçemos quando lhe compreendemos a sorte. E disso queremos extrair a lição de que nada se ganha ansiando e querendo apenas, e agiremos de modo diferente. Procuraremos trabalhar e atender às “exigências do momento”, nas relações humanas e em nossa vocação. Isto, porém, é claro e simples, se cada um de nós encontrar e obedecer ao demônio que controla os cordões de nossa própria vida.